

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 34 - Abril/ Maio/ Junho 2007

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Cóias

Coordenação: Joana Gil Morão

Conselho redactorial: João Appleton,
João Mascarenhas Mateus, José Aguiar,
Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

A. Jaime Martins, Alexandre D'Orey Cancela
D'Abreu, António Pereira Coutinho, Elisabete
Bizarro, Fátima Basílio, Fernando Pinho, Filipe
Ferreira, Flávio Lopes, Henrique Regalo, Hugo
Segawa, Ícaro Fróis Dias da Silva, Inês

Henriques, João Pires, Maria João Dias Costa,
Miguel Brito Correia, Nuno Teotónio Pereira,
Paulo Farinha Marques, Susana Fernandes,
Victor Beiramar Diniz, Vítor Cóias

Design gráfico e produção:

Talkmedia, Ld.ª

Alameda Grupo Desportivo Alcochetense, 133
2890-110 Alcochete

Tel.: 212 348 450, Fax: 210 811 164

E-mail: talkmedia@cabovisao.pt

Publicidade:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050-170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Sogapal Artes Gráficas, Ld.ª

Av. dos Cavaleiros, 35 - 35A, Portela da Ajuda
2795-626 Carnaxide

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ICS: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

Capa



Vista norte da cidade de Portimão, tirada sobre a Marina, em 15 de Julho de 2007

Fotografia cedida por:
F. Piqueiro / Foto Engenho

EDITORIAL 2

QUADRO DE HONRA 3

EM ANÁLISE 4

Paisagem enquanto património
(Alexandre D'Orey Cancela D'Abreu)

7

Reabilitação Energética dos Edifícios
(Vítor Cóias / Susana Fernandes)

OPINIÃO 11

Projectos "PIN" e Zonas Protegidas
Um caso de atracção fatal
(Vítor Cóias)

ESTUDO DE CASO 16

Recuperação e valorização
do Jardim da Sereia
Parque de Santa Cruz, Coimbra
(Fátima Basílio)

18

A intervenção na Cerca do Mosteiro de
São Martinho de Tibães, em Braga
(Maria João Dias Costa)

20

Conservação e valorização
do Jardim Botânico
da Universidade do Porto
(Fernando Pinho)

21

Museu Abade de Baçal, Bragança
Remodelação do jardim
(Filipe Ferreira)

22

Serralves
1932-2007
(Victor Beiramar Diniz)

24

Na Peneda Gerês
Guardião da portela reconvertido
(Elisabete Bizarro / Henrique Regalo)

PROJECTOS & ESTALEIROS 25

Estudo prévio das anomalias existentes
em dois muros de suporte de terras
do Parque da Liberdade
(João Pires)

26

Santuário do Bom Jesus do Monte
Projecto de Arquitectura Paisagista
para o Adro e Envoltente da Igreja
(Paulo Farinha Marques / Maria João Dias Costa)

Tema de Capa:

Património e ambiente

NOTAS HISTÓRICAS 28

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro
(Hugo Segawa)

ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO 30

Património Geológico
e valorização dos territórios
(Ícaro Fróis Dias da Silva)

AS LEIS DO PATRIMÓNIO 32

Os Arrendamentos Comerciais
à luz da Nova Lei do Arrendamento
(A. Jaime Martins)

CARTAS & CONVENÇÕES 34

Carta de Florença
Sobre a salvaguarda de jardins históricos
ICOMOS, Florença, 21 de Maio de 1981

NOTÍCIAS 38

AGENDA/VIDA ASSOCIATIVA 39

VIDA ASSOCIATIVA 40

DIVULGAÇÃO 42

Quercus terá edifício verde

43

APAP organiza colóquio

44

Geota propõe corredores verdes

O Peneireiro-das-torres
e o património histórico
O passado e o futuro
(Inês Henriques)

PERFIL DE EMPRESA 45

LEB - Projectistas, Designers
e Consultores em Reabilitação
de Construções, Ld.ª

e-pedra e cal 46

O último paraíso
(António Pereira Coutinho)

LIVRARIA 47

ASSOCIADOS GECORPA 49

PERSPECTIVAS 52

A propósito do sucesso
da trienal de Arquitectura
Um desafio
(Nuno Teotónio Pereira)




Fig. 8 – Reforço do isolamento térmico pelo exterior em fachadas

intervenção com vista à reabilitação energética de um edifício existente variam de caso para caso e devem resultar de análises custo/benefício.

A definição e implementação da estratégia de intervenção deve, portanto, obedecer a uma metodologia clara, que assegure os resultados pretendidos. Essa metodologia pode ser esquematizada no diagrama de fluxo da figura 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reabilitação energética do parque edificado pode contribuir para a redução da dependência energética do País, para a redução da intensidade energética da economia, para o cumprimento das metas de Quioto e para o desagrevamento do orçamento das famílias.

O consumo de energia, focado no presente artigo, é apenas uma das componentes do impacto ambiental de um edifício. Para além da gestão dos recursos de energia, a gestão da água e dos materiais, ou seja, a sua redução e racionalização, apresenta-se hoje como outro grande desafio. 

GLOSSÁRIO

ENERGIA FINAL – A energia consumida, sob a forma de electricidade, gás natural, combustíveis, entre outros.

ENERGIA PRIMÁRIA – A energia extraída de fontes naturais, como carvão, lenhite, petróleo bruto, gás natural, combustível nuclear e fontes de energias renováveis, tais como o vento, a água, a energia solar e geotérmica.

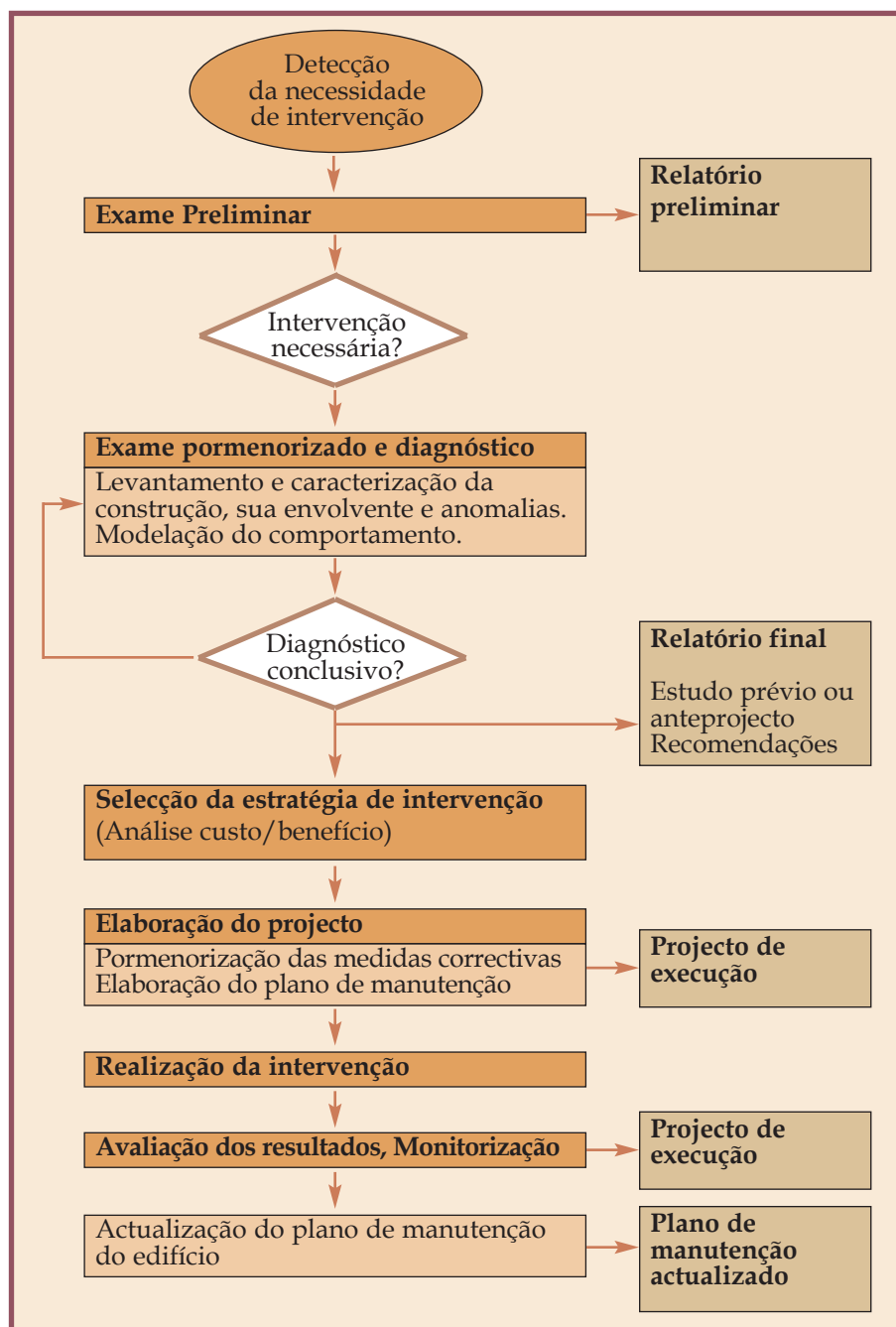


Fig. 9 – Reabilitação energética – diagrama de fluxo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ⁽¹⁾ Córias, V. – *Reabilitação: a melhor via para a construção sustentável*. Arqutop 2004.
- ⁽²⁾ *A Energia em Portugal – Ponto de Situação*. Fernandes, E. O. – Conferência "As Energias do Presente e do Futuro", Novembro 2005.
- ⁽³⁾ P3E – *Informação sobre a Iniciativa pública Eficiência Energética nos Edifícios*, n.º 7, Janeiro 2006.

VÍTOR CÓIAS,
Engenheiro Civil,
Oz, Ld.^a

SUSANA FERNANDES,
Arquiteta,
Oz, Ld.^a

Projectos "PIN" e Zonas Protegidas

Um caso de atracção fatal

"Habitação de férias... um imóvel pouco usado, com despesas de manutenção relativamente elevadas e cujo rendimento é limitado às épocas de férias... Acresce que os equipamentos colectivos necessários a um empreendimento de lazer são maiores do que os destinados aos empreendimentos urbanos..."¹

André Jordan

O NOVO TURISMO E AS BOAS INTENÇÕES

Segundo um estudo sobre a motivação do turismo, referido no boletim do ICCROM², cerca de 80 por cento das pessoas interrogadas consideram a integridade do ambiente natural um factor essencial na escolha de um destino e atribuem, igualmente, grande importância ao ambiente cultural e social. Neste mesmo estudo dá-se a conhecer a evolução do perfil do turista médio ao longo dos últimos vinte e cinco anos. O estudo revela que o turista de hoje é menos materialista que antes, e já não está exclusivamente fixado sobre a busca do prazer pessoal. O novo turista deseja compreender o país que vai visitar antes de partir, e prepara-se nesse sentido. Ele quer experiências mais enriquecedoras e está disposto a prescindir de algum conforto na condição de descobrir locais relativamente pouco degradados.

Por outro lado, segundo Manuel Castells³, o "turismo de sol e lua" – praia e divertimentos nocturnos – é insustentável em países como o nosso, porque é mais fácil procurá-lo em destinos no Terceiro Mundo, mais baratos e menos deteriorados ambientalmente.

Sendo Portugal um país pequeno, a



Fig. 1 - Portimão

Turismo Governo invoca interesse nacional para viabilizar o projecto

Resort com a marca Hilton, na Quinta do Lago, suspende PDM de Loulé

Por via administrativa, o Governo fez com que um terreno semiabandonado, situado em zona florestal, tivesse uma valorização súbita superior a 30 milhões de euros

Idália Revex

■ As portas da Quinta do Lago, num pinhal situado fora da zona urbana, vai ser construído um hotel-apartamentos, de seis estrelas, com a marca Conrad/Hilton. Para que o projecto, que se encontra em fase de consulta pública até ao dia 26 de Abril, possa ser licenciado, o Governo adoptou uma medida de excepção, mandando suspender o Plano Director Municipal (PDM) de Loulé, apenas na área do empreendimento, e assim numa zona classificada como "área florestal" poderão surgir mais 620 casas, equipadas num modelo urbanístico como sendo de luxo, do tipo resort.

O Governo, no comunicado do Conselho de Ministros de 18-01-2007, justifica o privilégio concedido à cadeia hoteleira internacional pelo facto de se tratar de um investimento que

A Quinta do Lago vai aumentar a sua oferta turística



Fig. 2 - Novo resort suspende PDM ("Público", 2007-04-04)

opção deverá ser, logicamente, pela qualidade e não pela quantidade, gerindo sabiamente o seu património natural e cultural. A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) estabelece orientações muito positivas nesse sentido. No seu 2.º Objectivo – *Crescimento sustentado e competitividade à escala global*, apontam-se "exigências estruturais" como "Utilizar de forma sustentável os recursos naturais, aproveitando o potencial endógeno nacional (...) e promovendo a dissociação do crescimento económico do consumo de recursos naturais e da degradação ambiental". No seu 3.º Objectivo – *Melhor ambiente e valorização do património natural*, apontam-se domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável, em particular na sua dimensão ambiental, como a promoção de uma política de protecção dos solos, designadamente no que se refere à perda de biodiversidade, contaminação, compactação e impermeabilização. O património é considerado um dos quatro principais recursos endógenos com vista à aceleração do crescimento económico do país. "Trans-

formar Portugal num destino turístico de grande qualidade, com uma oferta diversificada de produtos, tirando partido da qualidade e diversidade das paisagens e do património cultural" é uma das linhas de orientação dominantes.

Estas orientações encontram-se, há vários anos, consignadas em instrumentos como o Programa Nacional de Turismo da Natureza ou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Nesta linha, refiram-se, também, os regimes do Turismo no Espaço Rural e das Casas de Natureza. No terreno, programas como o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), visam apoiar projectos de investimento em modalidades de turismo sustentável.

No recentemente divulgado Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN 2007-2013, afirma-se que "A salvaguarda e valorização do património natural e dos recursos naturais constituirão uma área privilegiada de intervenção – a concretizar de forma articulada com o Programa Operacional de Desenvolvimento Rural co-financiado pelo FEADER, destacando-se neste

contexto as intervenções dirigidas à gestão e utilização sustentável de recursos naturais, à gestão de espécies e habitats, bem como à promoção da eco-eficiência e à valorização do litoral."

Em contradição flagrante com estas boas intenções, assiste-se a uma rápida deterioração do património natural do País. Dos vinte e seis indicadores do Relatório de Estado do Ambiente (REA) de 2005, apenas oito apresentam evolução positiva. O "território artificializado", isto é, o solo virgem que foi irreversivelmente ocupado com novas urbanizações, indústria, vias de comunicação e outras infra-estruturas, aumentou cerca de 700 km² entre 1985 e 2000 em Portugal, ou seja, uma área equivalente a nove vezes a do concelho de Lisboa⁴. Entre 1990 e 2000, as áreas artificializadas nas zonas costeiras registaram, em Portugal, o crescimento mais rápido da Europa (com um aumento de 34 por cento em dez anos), que ultrapassou a Irlanda (27 por cento), e a Espanha (18 por cento)⁵ (fig. 1). Torna-se, portanto, imperioso que as boas intenções ao nível da estratégia sejam postas em prática no terreno. Não é isso, infelizmente, o que está a acontecer.

A EUFORIA DO TURISMO RESIDENCIAL E DOS RESORTS

A ocupação galopante de solos virgens vê-se, de há uns anos para cá, reforçada com uma nova onda de projectos de duvidosa sustentabilidade: o turismo das segundas residências e dos "resorts". De facto, sendo este tipo de projecto imobiliário baseado na construção muito dispersa de habitações de elevado impacto ambiental, com infra-estruturas proporcionalmente mais pesadas e profusão de equipamentos de lazer, implica um substancial acréscimo da "pegada ecológica"⁶.

Estas novas modalidades de urbanização têm vindo a suscitar o apetite de um certo empreendedorismo predador, excitado pela permissividade com que muitas autarquias suspendem os planos directores e pela facilidade com que o Estado abre mão das mais-valias associadas a essas operações⁷ (fig. 2). A oferta estimada de "resorts" turísticos com componente imobiliária no futuro próximo envolve 447 km² de urbanização e mais de 26 milhões de m² de construção⁸, e continua a ser estimulada através de expedientes como a classificação PIN (Potencial Interesse Nacional). Se não for controlada a tempo, esta deriva pode vir a revelar-se desastrosa: um promotor imobiliário estrangeiro afirmava recentemente que Portugal tem ainda capacidade para 300 000 novas casas, que correspondem a vendas de 45 000 ME⁹.

Perante a estagnação do mercado espanhol e o esvaziamento da "Burbuja inmobiliaria" (fig. 3) os promotores voltam-se para a costa portuguesa, em particular para a costa alentejana. Isto mesmo é reconhecido pelos responsáveis dos grandes interesses imobiliários. Numa recente entrevista, um deles refere-se à saturação da costa algarvia, onde os projectos imobiliários se começam agora a desenvolver "em segunda linha" uma vez que a primeira (junto à costa) se encontra esgotada. Na mesma entrevista referenciam-se perto de meia centena de empreendimentos em construção ou em projecto, grande parte dos quais na costa alentejana, a qual, segundo ele, "ainda se encontra totalmente virgem"¹⁰...

O que realmente assusta, portanto, é o que ainda pode estar para vir, com a actual euforia do turismo residencial e dos resorts. Os números acima referidos quanto à área prevista em

novas urbanizações correspondem a mais de cinco vezes a área do concelho de Lisboa. E isto a expensas dos melhores terrenos da orla costeira e da reserva ecológica nacional.

A GRANDE ILUSÃO

O facto de uma boa parte dos promotores imobiliários por trás dos grandes projectos de urbanização de solo virgem actualmente em curso serem estrangeiros conduzirá a que os benefícios retirados da valorização dos terrenos, quando passam de rurais a urbanos, e da ulterior exploração dos empreendimentos neles implantados serão sistematicamente exportados, sob a forma de dividendos para os accionistas e prémios para os administradores¹¹. De igual modo, a maior parte do benefício da valorização das propriedades, quando forem

mudando ao longo do tempo, ficará no estrangeiro.

Desengane-se, portanto, quem pensa que a venda de terrenos e de casas aos estrangeiros são a panaceia para os problemas da economia do País. Veja-se o caso da vizinha Espanha, tantas vezes apontada como exemplo: depois de anos e anos de aplicação deste modelo de "desenvolvimento", a dívida externa espanhola (mais de 86 mil milhões de euros) é a segunda maior do mundo em termos absolutos, ultrapassada apenas pela dos Estados Unidos, e, em termos do PIB, a dívida externa dos nossos vizinhos atinge 8,8 por cento, ultrapassando largamente a dos Estados Unidos¹². Se a venda de terrenos e de habitações a estrangeiros trouxesse dinheiro para o país, a Espanha não precisaria de se endividar tanto para pagar o que compra no exterior.



Fig. 3 - Os espanhóis querem um desenvolvimento sustentável ("El País", 2006-11-11)



Fig. 4 - Não haverá ocupação mais produtiva para estes homens? ("Cesta", Março de 2007)

Além de serem actividades de elevado impacto ambiental, o turismo de residência e os *resorts* geram apenas, quer durante a construção, quer ao longo da exploração, empregos de reduzida qualificação, logo, de baixos salários. A produtividade do sector da construção é da ordem dos 17 mil euros por activo, bastante inferior à média do País. A produtividade do turismo tem-se reduzido, desde 2001, segundo um estudo da Universidade do Algarve, tornando-se, também, inferior à média do País (fig. 4). Logo, não tem interesse empatar recursos humanos nestas actividades. Não é a fazer casas para os estrangeiros e a tratá-los dos jardins e dos campos de golfe que se melhora o nível de vida dos portugueses.

Em suma, as políticas oficiais estão correctas, mas não estão a ser se-

guidas no terreno. A exploração do recurso endógeno que constitui o património natural deverá ser feita não através do turismo de residência ou dos *resorts*, mas através do ecoturismo ou das suas múltiplas cambiantes, como o turismo em espaço rural ou as casas da natureza¹³. Para isso, as zonas protegidas deverão continuar a ser isso mesmo: zonas protegidas. Já há casas de férias a mais em Portugal: segundo o censo de 2001, são perto de um milhão. **As urbanizações já em curso e aquelas que poderão vir a ser ainda autorizadas em solos virgens e zonas protegidas representam uma ameaça séria para o património natural, constituem uma má aplicação de recursos humanos e financeiros e aumentam drasticamente a pegada ecológica do País**, como reconhece o próprio André Jordan, o gu-

ru dos promotores imobiliários (ver citação no princípio deste texto). Dado que a maior parte dos benefícios da valorização dos terrenos e da exploração dos empreendimentos é exportada, Portugal está a fazer um mau negócio.

NOTAS

⁽¹⁾ André Jordan, "Posto de observação". Vida Imobiliária/Vida Económica, Nov. 2005.

⁽²⁾ ICCROM - International Organization for Conservation of Cultural Heritage. "Tour-opérateurs: de nouveaux partenaires pour la protection du patrimoine", ICCROM Chronique, n.º 32, juin 2006.

⁽³⁾ Um dos peritos que ajudaram a preparar a "Agenda de Lisboa". Autor de estudos sobre a Sociedade de Informação, professor de Berkeley, Universidade da Califórnia e da Universidade Aberta de Barcelona.

⁽⁴⁾ Relatório do Estado do Ambiente de 2005. <http://www.ambiente.pt/>.

⁽⁵⁾ *Litoral europeu aproxima-se de "ponto de não retorno" ambiental*. Relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA), Copenhaga, 2006. <http://org.eea.europa.eu/documents/newsreleases/coastal2006-pt>.

⁽⁶⁾ "Pegada ecológica": pretende representar a quantidade de superfície de terra e água que uma população humana hipoteticamente precisaria para suprir os recursos necessários para se suportar e para absorver os resíduos, usando a tecnologia corrente. Termo usado pela primeira vez por William Rees, da Univ. British Columbia, Canada (Fonte: Wikipedia).

⁽⁷⁾ Por exemplo, a recente suspensão do PDM de Loulé para permitir a instalação do *resort* Hilton, traduz-se numa valorização estimada em mais de 30 milhões de Euros (Público, 2007-04-04, fig. 2).

⁽⁸⁾ Revista "Imobiliária", n.º 168, Jul/Ago de 2006.

⁽⁹⁾ Andrew Coutts, da ILM Portugal (Revista "Imobiliária", n.º 168, Jul/Ago de 2006). 300 000 casas corresponde, ao ritmo actual de construção, ao que se constrói em seis anos em todo o País.

⁽¹⁰⁾ Revista "Imobiliária", n.º 175, Abril de 2007.

⁽¹¹⁾ O sector imobiliário português encontra-se já, em grande parte, nas mãos de empresas estrangeiras ou de capital estrangeiro: Starwood Hotels & Resorts Worldwide, Inc. (Colombo's Resort, Porto Santo), Prasa (Vilamoura XXI), Hercesa (Casal do Monte, Oeiras), Ferroviária Imobiliária (GaiaMar, Porto; Quinta de S. Martinho, Alcábaldeche), Six Senses (Corte Velho, Castro Marim), Fadesa (Quinta Fonte da Prata, Moita; Allegro Design Homes, Porto), Camin Global Real Estate (Golden Eagle, Rio Maior), Pelicano Investimento Imobiliário, S.A. (Herdade do Pinheiro), Oceânico Developments (Lagos, Silves), para citar só algumas.

⁽¹²⁾ O Jornal Económico, 2007-03-19.

⁽¹³⁾ Uma outra modalidade de turismo inteligente é o programa de troca de casas entre famílias de diversos países ou até dentro do mesmo país (ver, por exemplo, o sítio Internet da "HomeExchange").

VÍTOR CÓIAS,
Presidente da Direcção do GECORPA

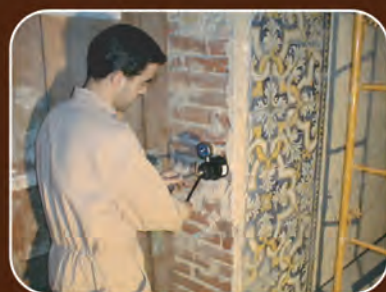
**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**



Rua Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º Esq. 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnostico.pt
www.oz-diagnostico.pt



Ensaio de ultra-sons na Ponte Angeja



Avaliação das propriedades mecânicas de uma argamassa de assentamento, através do ensaio de arrancamento de uma hélice



Observação boroscópica de uma parede



Extracção de carote na laje de cobertura de um edifício, para caracterização do material

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS: ANTES DE INTERVIR, CONHECER

Com cerca de vinte anos de experiência e detentora de uma certificação ISO 9001:2000, a **Oz** está em condições de prestar um conjunto de serviços de qualidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços, destacam-se:

1. Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias.
2. Monitorização topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas.
3. Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações.
4. Ensaio para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais.
5. Elaboração de projectos de reabilitação energética e ambiental de edifícios. *
6. Elaboração de planos de manutenção de edifícios (de habitação, de serviços) e de infra-estruturas (industriais, de transportes). *
7. Revisão de projectos de construção nova ou de reabilitação de construções existentes.
8. Modelação estrutural utilizando programas de cálculo avançados.
9. Simulação tridimensional ("restauro virtual") para fins arquitectónicos, arqueológicos ou museológicos. *
10. Concepção e realização de acções de formação especializada, na área da reabilitação das construções (a empresa é entidade formadora acreditada pelo IQF). *

*serviços não abrangidos, à data, pelo âmbito da certificação.



A **Oz** é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Monumenta, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.

Recuperação e valorização do Jardim da Sereia

Parque de Santa Cruz, Coimbra



Vista geral do Jardim da Sereia



Pormenor da Cascata

Os trabalhos de conservação e restauro que a BEL, Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A., executou no Jardim da Sereia, também conhecido como Parque de Santa Cruz, contempla as questões relacionadas com a preservação dos valores patrimoniais.

Este Jardim encontra-se inserido na malha urbana da cidade de Coimbra, entre a Baixa e Santo António dos Olivais. Construído no séc. XVIII num terreno pertencente ao antigo Mosteiro de St.^a Cruz, este parque servia como local de meditação e recreio para os monges do Mosteiro. Foi nesta mágica paisagem composta

por vastas áreas arborizadas, lagos, fontes, escadarias e alamedas, que a BEL, composta por uma equipa multidisciplinar, deu início à sua intervenção restauradora para conservação e valorização deste espaço.

TORREÕES (EXTERIOR) E PÓRTICO DA ENTRADA

A entrada é constituída por um pórtico Oitocentista de três arcos ornamentados com pedras calcárias, apoiados em pilastras e coroados por três esculturas representando a Caridade, a Fé e a Esperança.

Encontra-se ladeado por dois torreões de forma quadrada de cobertura



Torreões (exterior) e pórtico de entrada



Torreões (interior)



Cascata

piramidal de quatro águas. As paredes exteriores são decoradas com pintura mural, em simetria, composta por elementos arquitectónicos.

Metodologia de intervenção:

Substituição das estruturas de madeira das coberturas dos Torreões, colocação de sub-telha e colocação de telha canudo, cuja estereotomia foi sujeita a um estudo aprofundado que envolveu a Câmara Municipal de Coimbra e o IPPAR. As paredes exteriores revestidas com argamassas de cimento, foram picadas e revestidas com uma argamassa de cal hidráulica sendo adicionado um aditivo anti-salitre. Reexecução de toda a pintura mural.

TORREÕES (INTERIOR)

À semelhança da decoração exterior, o seu interior é ornamentado por pintura constituída por motivos arquitectónicos de excelente qualidade. As paredes, do lado esquerdo e do lado direito, são decoradas ao centro com pintura figurativa envolvida por frisos a formarem molduras, com cenas alusivas a São Teotónio, Santo Agostinho e D. Afonso Henriques.

Metodologia de intervenção:

A pintura decorativa encontrava-se sobre suporte de cimento, estando na sua maioria em avançado estado de degradação. Após análise das argamassas utilizadas concluiu-se que o reboco e policromia ornamental repetitiva em simetria poderiam ser sujeitos a uma intervenção mais profunda.

Antes da remoção das argamassas cimentícias, foi feito um levantamento dos desenhos, sendo então aplicada uma argamassa de cal hidráulica e areia fina. Os trabalhos de restauro da pintura mural seguiram o seguinte faseamento: pré-consolidação, remoção das argamassas de cimento aplicadas, aplicação de novas argamassas à base de cal, consolidação geral através de injeção, limpeza de sais solúveis, abertura de fissuras no suporte de reboco, aplicação de massas e seu nivelamento. Posteriormente executou-se a passagem dos desenhos em simetria repetitivos para o suporte, a integração pictórica das bases, a integração cromática dos desenhos ornamentais. É de referir que foram feitas somente integrações e cópias dos ornatos com dados suficientes para o efeito.

CASCATA

A Cascata Barroca também fazia parte da intervenção, constituída por três corpos, construída por pedras calcárias, tendo ao centro a escultura de Nossa Senhora da Conceição, e em plano mais recuado dois grandes medalhões de azulejo figurativo, representando temas bíblicos, ladeados pelas estátuas dos evangelistas.

Metodologia de intervenção:

Uma vez que a Cascata se encontrava revestida por vegetação, antes da intervenção, houve a preocupação de verificar se a mesma possuía espécies arbóreas a preservar. Em relação ao Corpo Central, podemos referir que a limpeza do tufo foi um trabalho moroso e de muita minúcia, devido ao seu relevo e reentrâncias. Estabilizou-se a escultura central, com a remoção de cimentos existentes e substituição de gatos oxidados por elementos novos em aço inoxidável.

FÁTIMA BASÍLIO,
Arquiteta,
BEL, Engenharia e Reabilitação
de Estruturas, S. A.

A intervenção na Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Braga



Luís Ferreira Alves

A Igreja vista do laranjal após a recuperação do muro da Cerca



Luís Ferreira Alves

A manutenção das técnicas tradicionais de cultivo e da produtividade do solo como factor essencial na recuperação de Jardins Históricos

A Cerca do Mosteiro desenvolve-se sobre a encosta Norte do Monte de São Gens, ocupando 43ha. Dentro deste território, fechado por 2,7km de muro em alvenaria rebocada, localizam-se a Igreja, os edifícios conventuais, a Quinta da Ouriçosa, o Passal, Matas, Terras de Pão, Hortas, Pomares, Laranjais e Pastagens. Todos estes usos se organizam numa estrutura perfilada por ruas, muros, escadas, fontes e tanques, elementos construídos durante o programa beneditino dos séculos XVII a XVIII e que configuram no seu conjunto, mais do que um lugar de agricultura de rendimento, um espaço de contemplação, recreação e experimentação.

Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o mosteiro é encerrado e boa parte dos seus bens é vendida em hasta pública.

No século XIX e ainda em parte do seguinte, enquanto propriedade privada, a Cerca é mantida na função de Quinta de Recreio associada à exploração agrícola. A descrição das suas "bezas" ficou retratada em artigos de revista e de jornais da época.

Mas, em sintonia com o desmoronar do tecido rural, a Cerca de Tibães transforma-se, sendo gradualmente dominada pelo crescimento espontâneo da vegetação, o que permitiu o refúgio de muitas espécies da fauna e flora. A ausência de acções de manutenção levou à ruína de parte da componente construída.

A partir da aquisição do Mosteiro pelo Sector da Cultura do Estado, em 1986, procurou-se desde o início salvar, estudar, divulgar e dinamizar o conjunto, trabalhando a referência à comunidade que o construiu e habitou.

A intervenção na Cerca foi entendida dentro do quadro de uma ligação estreita entre o recuperar da parte

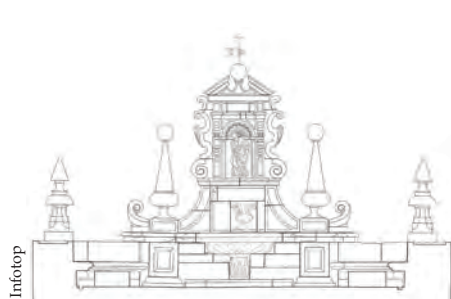
agrícola tradicional e silvícola e o recuperar da parte construída, associando a protecção dos habitats que permitiram a sobrevivência das espécies de fauna e flora autóctones. A conservação e/ou restauro seriam mobilizados para o tratamento das obras de arte aí integradas.

A metodologia de intervenção deu lugar à constituição de uma equipa técnica "permanente" que, além do arquitecto paisagista e do historiador, incluiu o arqueólogo, o arquitecto e o conservador restaurador.

No estudo da documentação de arquivo, auxiliar precioso ao longo do processo, crivaram-se as datas de construção, a identidade dos executores, preços e materiais, dados que nos permitem ir construindo, não só, uma narrativa de factos, mas também de sentido em torno do sítio. E que nos permitem, ainda, perceber, através da repetição frequente de trabalhos – pintura das fontes, caiação e reparação de muros, limpeza de minas, plantações, enxertos..., que manutenção, conservação e construção não eram actividades isoladas ou de excepção mas que faziam naturalmente parte do mesmo ciclo de vida. Mais do que na recuperação de estruturas construídas, é na recuperação da estrutura paisagística – solos, vegetação, caminhos, águas, culturas agrícolas tradicionais, ramadas..., que se torna evidente e imprescindível a rotina da manutenção. Trabalhar com seres vivos equivale a uma definição diária e contínua da paisagem.

Este trabalho está confiado a jardineiros, pessoas com origem na zona e com passado na actividade agrícola, dominando, portanto, o saber tradi-

Tema de Capa



Infotop
Levantamento desenhado da Fonte de São Pedro que serviu de base para o registo das patologias



Jorge Inácio
O conservador restaurador trabalha com o canteiro na recuperação do Chafariz de São João



Maria João Dias Costa
As crianças na horta contactam com os verdadeiros cereais

cional, e que foram integrando, a par e passo com o trabalho do arquitecto paisagista, outras formas de funcionar em adequação aos requisitos do projecto patrimonial: onde é a toca da raposa, qual a temperatura, humidade e concentração de herbicida para o combate às mimosas, quem na freguesia tem a melhor semente de feijão canário ou a mais bonita junta de bois para ajudar na desfolhada...

Em algumas matérias técnicas recorremos a especialistas: o Eng.º Agrónomo António Fernandes da Silva da DRAP-Norte, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, que apoia na cultura do linho, o arboricultor Jorge da Fundação de Serralves, que tratou das grandes árvores, os biólogos do ICETA, Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares, o apicultor do PNPG, ou o coveiro e mineiro da região...

Os elementos vivos e construídos têm aqui em comum a água. Base de vida, é neste jardim barroco base da animação através dos diversos chafarizes e fontes. Funciona também como elemento de degradação quando os rebocos e cavaletes dos muros deixam de existir ou os aquedutos de drenagem não funcionam.

Começámos então a recuperação pelas estruturas associadas à água: minas, aquedutos, muro exterior da cerca, tanques, fontes e chafarizes, tendo por objectivo a reposição do seu funcionamento e a desaceleração do processo de desgaste dos materiais. Como critério, a "intervenção mínima" e a harmonia de conjunto ou de síntese. Como recursos técnicos, os tradicionais, de preferência.

Vejamos, por exemplo, a intervenção num chafariz, sem entrar nas metodologias específicas do restauro.

Levantamento desenhado e cotado, registos e fotografias que permitem o mapeamento e a quantificação das patologias; as fontes históricas são estudadas, outros chafarizes análogos foram observados; especialistas são consultados, tentamos chegar ao conhecimento o mais aprofundado possível (limite imposto por custos e tempo) do objecto. Seguem-se as discussões entre os vários intervenientes e as análises dos vários pontos de vista, pois dos objectivos acima descritos há sempre um que tem que prevalecer (a fonte do claustro não é uma peça excepcional, mas duraria mais tempo se não fosse sujeita ao processo de seco/molhado, mas o claustro precisa de todas as suas componentes para ter unidade e leitura, logo o funcionamento da fonte é imprescindível, mesmo que para isso seja preciso refazer o bordo em falta na taça). Fixada a solução orientadora define-se a intervenção: tipo de produtos, limpezas, tempos, reintegrações. A equipa de manutenção da Cerca fecha a água, tira os peixes do tanque e procede, conforme definido, à aplicação periódica do biocida. Entra aqui uma nova fase de procedimentos obrigatórios que culminará com a adjudicação aos empreiteiros e conservadores restauradores.

Na intervenção no chafariz há várias artes que se cruzam. Algumas tradicionais, como abrir valas para tubagem, preencher juntas, fundir um bico em bronze, talhar a pedra para colmatar uma lacuna. Outras que implicam o domínio de técnicas contem-

porâneas, como limpar, consolidar, hidrofugar, colar, realizadas por conservadores restauradores.

A fiscalização, coordenação e assistência pertenceu à equipa técnica do IPPAR. O chafariz vai-se mostrando diferente, questiona-se o preconizado, surgem dúvidas, alternativas e soluções. Finalizado este processo há que definir os termos da manutenção, monitorizada pelos jardineiros, que alertam quando surgem alterações. Periodicamente o chafariz é visitado, o que nos permite avaliar o envelhecimento que, por exemplo, diferentes cargas de pedra transmitem às lacunas colmatadas com pedra e resina. Reaprendemos para melhor intervir.

A intervenção em curso tem sido enquadrada, em termos de financiamento, em candidatura ao II e III Quadros Comunitários de Apoio.

O relacionamento com a Comunidade local evidenciou o esgotamento das vivências rurais. Recuperando saberes, semeámos o linho, o lúpulo, o nabal e o batatal, voltámos a enforçar vinhas e a regar por regos. O contacto com os públicos, particularmente o escolar, mostrou-nos que podemos falar de património com vida, que natureza e cultura não se opõem e que passado e futuro fazem parte do presente.

MARIA JOÃO DIAS COSTA,
Arquitecta Paisagista do Mosteiro
de São Martinho de Tibães

diascosta@ippar.pt
msmtibaes@ippar.pt
www.geira.pt/msmtibaes
www.mosteirodetibaes.org



Os "*Resorts*": um mau negócio (para o País)

Aliviada a febre construtora dos anos 90, tudo indicava que a estratégia passaria a ser gerir, o melhor possível, um parque habitacional sobredimensionado e remediar, aqui e além, os excessos de um crescimento urbano desordenado. O programa Polis inscrevia-se nessa linha. Surgiram, assim, os arranjos nos centros históricos, os embelezamentos de frentes de rua, as novas rotundas e vias rápidas, mais as pracetas ajardinadas e os respectivos fontanários. Gastaram-se mais uns tantos milhões de euros comunitários que poderiam ter tido aplicação mais nobre e rentável, mas, "do mal o menos": tínhamos as nossas cidades mais ou menos "de cara lavada" e podíamos, agora, começar de novo, com planos directores municipais revistos e com novos planos de ordenamento do território.

Infelizmente, não é assim. Eis que surge a ideia dos projectos PIN (Potencial Interesse Nacional) e que alguém no ministério da economia acha que tal inclui ocupar as melhores zonas da reserva ecológica, da reserva agrícola, dos parques naturais e da orla costeira, com os chamados "*resorts*" e as urbanizações de "turismo residencial".

Estamos novamente perante um exemplo de uma boa ideia que é aproveitada de modo perverso: no sistema PIN fala-se na produção de bens e serviços transaccionáveis de carácter inovador, na interacção e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico, na criação de emprego qualificado, na eficiência energética, no favorecimento de fontes de energia renováveis e na defesa do ambiente, mas depois atribui-se a chancela PIN a projectos imobiliários que nada têm a ver com isto.

Estamos, agora, a assistir a um desastre bem mais grave do que a expansão urbana em mancha de óleo. A betonização do solo já não estende só as suas metástases a partir dos núcleos urbanos: ataca agora de forma generalizada, insidiosa, salpicando aqui e ali as zonas protegidas, progredindo ao longo da orla costeira, derubando montado e urbanizando dunas. Já não se constroem só apartamentos, mas sim moradias unifamiliares de grande área, com elevados consumos de água e energia, integradas em vastas infra-estruturas com pesados custos ambientais de manutenção. Trata-se de uma forma de habitar com substancial acréscimo da "pegada ecológica" que usa e abusa da principal riqueza do país – o seu património natural – e gera empregos de baixa qualificação, logo pouco remunerados e sem possibilidade de corresponder às expectativas dos nossos jovens. Como a maior parte dos empreendimentos está em mãos estrangeiras, os lucros das operações imobiliárias serão inexoravelmente exportados.

Se o nosso clima é convidativo e o nosso país hospitaleiro, em lugar de "*resorts*", incentivem-se os parques empresariais; em vez de reformados ricos e ociosos, atraíam-se empresas avançadas e os seus quadros jovens e activos.

Os "*resorts*" e o turismo de residência podem dar muito dinheiro a ganhar a alguns, mas são um mau negócio para o País.

Vítor Cóias

¹"Pegada ecológica": metáfora usada para representar a quantidade de superfície de terra e água que uma população humana hipoteticamente precisaria para suprir os recursos necessários para se suportar e para absorver os resíduos, usando a tecnologia corrente.

Conservação e valorização

do Jardim Botânico da Universidade do Porto



Obra a executar no espaço exterior das actuais instalações do Jardim Botânico / Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi composta basicamente por conjuntos de intervenções que dotaram o Jardim de novas infra-estruturas, nomeadamente eléctricas, as quais no futuro permitirão o uso do mesmo com maior comodidade e conforto. Paralelamente a estas infra-estruturas foram executadas as redes de drenagem e águas pluviais, que permitirão um melhor escoamento das águas e consequente melhor utilização dos caminhos pedonais no Inverno.

Em toda a zona envolvente do Jardim Botânico, nomeadamente nos Jardins Históricos e essencialmente na zona do Arboreto, foram traçados novos caminhos, alterados alguns já existentes e modelado o terreno de modo a facilitar a condução das águas para as caixas do sistema de drenagem de superfície.

Para complementar o conjunto de

infra-estruturas, o Jardim foi dotado com um sistema de rega totalmente novo, especificamente estudado e projectado para cada uma das áreas ajardinadas, canteiros, Jardins Históricos e zona do Arboreto, tendo sido aproveitada a água de um furo existente no próprio Jardim, do qual é bombeada para um depósito que, por sua vez, e por gravidade, faz chegar essa mesma água a um grupo de bombagem que a faz passar por um sistema de filtros, para depois a introduzir no sistema de rega.

Após a colocação das referidas infra-estruturas, foram compactados e devidamente drenados todos os caminhos pedonais que fazem parte deste projecto e que basicamente se dividiram em duas zonas de intervenção. A primeira, mais diversificada, composta pelos caminhos envolventes à casa, Jardins Históricos e estufas. A segunda, designada por zona do Arboreto.

Os pavimentos à base de saibro,

constituídos por uma mistura homogeneizada elaborada à base de um ligante de reacções pozolânicas, associado a saibro granítico, envolvem a casa e Jardins Históricos.

No interior dos Jardins Históricos foi aplicado um pavimento em gralva de granito amarelo com favos e nas zonas envolventes às estufas o mesmo tipo de pavimento com outra granulometria e grelha flexível. Na zona do Arboreto, foi aplicado um pavimento com revestimento superficial de argamassa porosa composta por gravilhas graníticas agregadas por resina sintética.

Pontualmente, também nesta zona, foi aplicado um lajeado de granito do tipo Calçada à Portuguesa.

No decorrer da intervenção foram recuperadas e executadas estruturas, nomeadamente pérgulas e mobiliário de Jardim.

FERNANDO PINHO,
Engenheiro,
A. Ludgero Castro, Ld.^a

Museu Abade de Baçal, Bragança

Remodelação do jardim

Por promoção do Instituto Português de Museus (IPM) em cooperação com a Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, a Augusto de Oliveira Ferreira & C.^a, Ld.^a procedeu às obras de remodelação do jardim do Museu Abade de Baçal, com vista a adaptá-lo a um desenho mais contemporâneo.

A empreitada compreendia uma intervenção no edifício oitocentista, antigo Paço Episcopal, e respectivo jardim.

No decorrer da empreitada, considerando as novas condições de utilização do jardim e questionando o desenho do buxo existente – que aparece como uma memória do antigo jardim formal desenhado nos anos 40 –, concluiu-se que seria do maior interesse a possibilidade de criar uma intervenção plástica contemporânea que permitisse libertar o espaço de um formalismo desajustado às condições actuais, mantendo o mesmo material (buxo existente).

Assim, os arquitectos António Portugal e Manuel Maria Reis, projectistas da intervenção no museu, propuseram ao IPM uma alteração ao projecto de Paisagismo, concretizada por uma artista plástica de reconhecido mérito, Cristina Valadas, com o apoio técnico do engenheiro paisagista Manuel Ferreira. A alteração consistiu na criação de um plano de água que reformula o existente, na implantação de um banco de jardim ao longo de parte do buxo e na simplificação do plano de plantação, alargando-se a área de relvado.

As alterações apontadas implicam tecnicamente a reformulação da ilu-



Fig. 1 – Vista parcial do jardim antes da intervenção • Fig. 2 – Aspecto do Lago primitivo
Fig. 3 – Trabalho de transplante do buxo • Fig. 4 – Plantação de novas espécies arbóreas
Fig. 5 – Pormenor do banco do jardim • Fig. 6 – Pormenor do lago • Fig. 7 – Jardim actual

minação – com vista a responder ao novo conceito e desenho – bem como do sistema de rega que, dada a nova implantação e desenho do buxo deverá cumprir um novo plano, em termos de tipo e implantação dos aspersores.

A empresa Augusto de Oliveira Ferreira & C.^a, Ld.^a procedeu a todos os trabalhos de reformulação, desde a remoção das espécies arbóreas, passando pela execução de todas as infra-estruturas, tais como rega, iluminação, drenagem, plantação das novas espécies arbóreas e transplante do buxo existente de acordo com o novo desenho. Esta operação revestiu-se de alguma complexi-

dade, visto ter sido feita no final do período de repouso vegetativo, o que poderia originar que o buxo não sobrevivesse à operação. O trabalho foi concluído com a plantação da relva, estudada especialmente para as condições atmosféricas da zona, considerando formulações de relva diferentes para as zonas de sol e de sombra, sob a copa das árvores.

No final resultou um jardim amplo de manutenção simples e disponível para desfrute dos visitantes.

FILIPE FERREIRA,
Engenheiro Civil,
Augusto de Oliveira Ferreira & C.^a, Ld.^a

Serralves

1932-2007

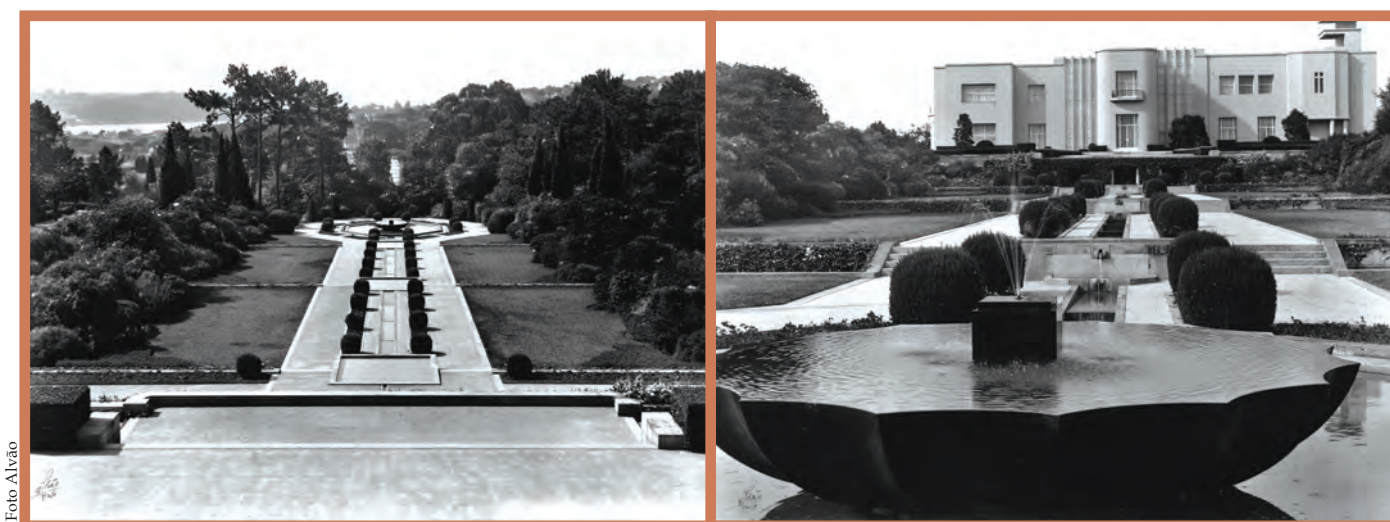


Foto Alvão

Parterre Central em imagens da Foto Alvão 1940-50

Serralves é uma referência singular no património de arquitectura e de paisagem em Portugal, sintetizando e simbolizando uma aprendizagem e um conhecimento das condições de transformação do território, no espaço e no tempo, num contexto cultural: Portugal e os séculos XIX e XX. Unidade espacial e temporalmente complexa – vestígios de um jardim e de uma paisagem rural do século XIX, Casa e Jardim de Serralves (décadas de 1930 e 1940 do século XX), e o Museu de Arte Contemporânea e a paisagem com ele inscrita em Serralves – o conjunto patrimonial edificado e de paisagem de Serralves resulta de processos de transfiguração, construção e adição, cuja justaposição define relações de indispensabilidade e de complementaridade, estruturantes e de composição, entre espaços e sistemas.

A Casa de Serralves e o seu Jardim resultam das encomendas realizadas por Carlos Alberto Cabral, 2.º Conde de Vizela, a diversos arquitectos e decoradores de reconhecida excepção, após uma visita à *Exposition des Arts Décoratifs et Industriels Modernes* de 1925, em Paris. A Casa de Serralves funda-se num ideal *Art Déco* se bem que tocada por outros movimentos, anteriores e posteriores. O Jardim, projectado por Jacques Gréber em 1932, perfilha uma concepção neoclássica da arte dos jardins, suavemente *Déco*, versão revista do jardim *Beaux-Arts* tocada por uma modernidade sofisticada, e é tanto quanto se conhece à data talvez o primeiro jardim privado construído em Portugal, durante a primeira metade do século XX, segundo um projecto de arquitectura de paisagem, e certamente o único com esta dimensão:

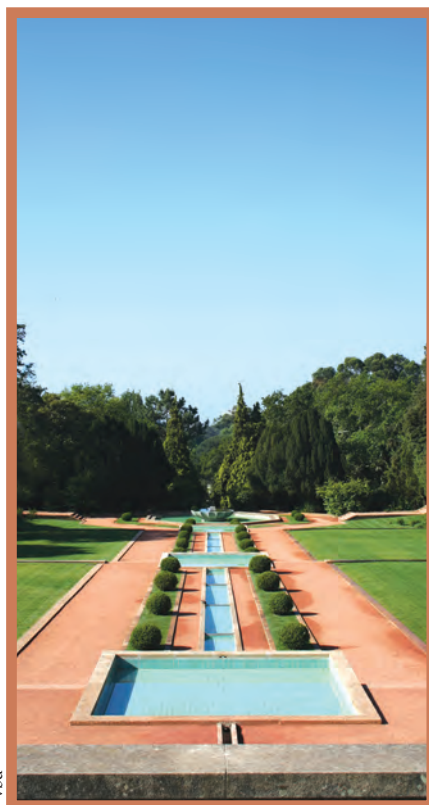
18 hectares. O legado que estas obras constituem, associado à sua presente integridade, referenciam Serralves, tanto no contexto nacional como internacional, enquanto Património arquitectónico e de paisagem.

Espaço de habitar, privado e exclusivo, Serralves tornou-se desde a constituição da Fundação um lugar de produção e difusão de cultura, público e inclusivo.

No que a este conjunto diz respeito, à Fundação de Serralves cabe a preservação da memória, e o seu estudo e contextualização, bem como a construção de memória futura, apoiados na convicção da necessidade da educação e da sensibilização da sociedade para a salvaguarda do património arquitectónico e de paisagem, assim como da necessidade e da possibilidade de conciliar o espaço patrimonial com as

manifestações e os processos culturais determinados pela sociedade contemporânea, sem hipotecar a sua integridade e permanência. Nesse sentido, para além de ter vindo a procurar, e a adequar, usos contemporâneos que garantam uma activa fruição, estudo e conhecimento do seu património, tem a Fundação de Serralves, apoiada por programas estatais de incentivo e apoio, investido significativamente na sua preservação antecipativa e reabilitação, com vista a garantir o seu uso, função e aptidão actuais e futuras. De entre as intervenções mais recentes não pode deixar de ser destacada, pelo seu significado e relevância, e até pela sua condição pioneira, a recuperação e valorização do Parque de Serralves, segundo programa da Arquitecta Paisagista Cláudia Taborda e projecto do Arquitecto Paisagista João Mateus.

O Projecto de Recuperação e Valorização do Parque de Serralves, implementado entre 2003 e 2006, foi co-financiado pelo Programa Operacional do Ambiente, e teve como filosofia geral de intervenção a Reabilitação, processo este que salvaguardou a integridade do património. Esta intervenção permitiu, de forma integrada e antecipativa, requalificar e valorizar esta paisagem, sendo um instrumento operativo para analisar e actuar no Parque de Serralves, de forma total, sistematizada e integrada, no espaço e no tempo, de modo a conservar, e nalguns casos a repor, a sua integridade, de ordem física - espacial e temporal -, e a sua identidade - de ordem cultural. A complexidade da sua contextualização - cultural e geográfica -, da sua história - representação e ideologia -, da sua estrutura - organização e topologia -, e da sua função - transformação e integridade -, acrescidas da presente



Parterre Central hoje

condição de conservação após a implementação do Projecto de Recuperação, bem como do ampliado conhecimento da sua importância, situam o Parque Serralves entre as mais significantes construções do património de paisagem português, certamente sem paralelo em Portugal na sua tipologia e período, e permitem igualmente hoje afirmar o seu relevo nos contextos europeu e mundial.

À Fundação cabe agora a conquista do reconhecimento que a este conjunto de património de paisagem é devido enquanto jardim histórico, mas sobretudo enquanto espaço patrimonial em que, sem hipotecar a sua integridade e permanência, se desenrolam, diariamente, os processos determinados pela cultura contemporânea.

O septuagésimo quinto aniversário, que este ano se celebra, da produção dos desenhos que informaram a construção desta paisagem é, certamente, uma data auspiciosa para esta afirmação do Parque de Serralves.



Sequência das intervenções no Parterre Central

VICTOR BEIRAMAR DINIZ,
Arquitecto Paisagista

Na Peneda Gerês Guardião da portela reconvertido

O Castelo de Lindoso situa-se na freguesia de S. Mamede de Lindoso, do concelho de Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo. Fundado nos inícios do século XIII, o castelo já aparece mencionado nas Inquirições de 1258, sempre relacionado com a defesa da Portela da Serra Amarela e do Vale do Cabril. Mandado restaurar por ordem régia de D. Dinis, vai a partir do século XIV estar intimamente ligado à história da família dos Araújo de Lóbios, família que irá conservar durante muitos anos a sua alcaidaria.

Em 1662, este espaço é ocupado por tropas espanholas em virtude das guerras da Restauração, onde é ampliado e construído um novo pano de muralhas em forma de estrela pentagonal atribuído ao desenho do italiano marquês de Buscayolo. Mais tarde, em 1664 após a Restauração da Monarquia Portuguesa, é o castelo de Lindoso recuperado e reconquistado pelas tropas portuguesas. Hoje está à guarda do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) que lá pretende instalar uma das suas "Portas". Numa perspectiva de ordenamento do recreio e turismo do Parque Nacional, as "Portas" deverão representar os locais de entrada no território da Área Protegida – espaços de retenção com as características adequadas à atracção do visitante para parar, usufruir da área enquanto se informa e retém conhecimento. Com este modelo, o visitante penetra na Área Protegida devidamente alertado e a saber o que deve ou pode visitar e como o deve fazer. Assim, localizada em região raiana, a "Porta de Lindoso" representa uma das áreas de entrada no PNPG e constituirá a única porta transfronteiriça PNPG-Xurés. O Castelo, outrora guardião da por-



Vista do castelo e espigueiros

tela da Serra Amarela, é agora elo de ligação entre dois Parques e duas Nações.

Os objectivos definidos para o projecto da "Porta" de Lindoso, uma das cinco "Portas" previstas para a área do Parque Nacional, assentam em três momentos, os espaços de recepção, os espaços da oficina temática e os espaços de apoio à utilização recreativa. A oficina temática, com vocação pedagógica, baseia-se no desenvolvimento de actividades ligadas a uma determinada temática, neste caso a Componente Geológica e Hídrica.

O momento da área do castelo, no interior das muralhas, é definido com base nas estruturas e ambientes existentes. Percorrendo os diferentes espaços construídos, acertaram-se usos de acordo com um percurso funcional e uma linha de composição e organização hierárquica.

O projecto considera um elemento construído que faz a relação entre as construções existentes, os percursos interpretados e simultaneamente marca a entrada do castelo.

A distribuição funcional afecta actualmente ao terreiro d'armas, a descoberto, é transposta para um volume que ganha as funções de átrio.

A ideia: uma "caixa de vidro" com uma linguagem e características construtivas que identifiquem a nossa época, a intersectar os volumes existentes. A intersecção e o alongamento do volume para o interior das construções permite a subdivisão de es-

paços necessários ao novo programa funcional.

O vidro, como elemento construtivo privilegiado, permite manter a transparência do local e a visualização do desenho de implantação e volumétrico das construções. A caixa de vidro surge como espaço difusor de funções e ambientes, pressupondo assim uma transmissão de conhecimentos muito vasta. Neste sentido, a caixa ganha maior dimensão ao nível da comunicação – uma caixa de música. O volume, definido na direcção da entrada, permite orientar os visitantes para o espaço de recepção, bem como ganha uma função de "corta vento", em relação aos espaços funcionais previstos.

O acesso ao castelo e ao terreiro d'armas é feito através de um percurso de rampas que permite a sua visitação aos deficientes motores.

Pretende-se implementar uma proposta dinamizadora que assegure a interpretação da história e permita realizar as acções / actividades previstas.

Esta proposta foi desenvolvida pelo Parque Nacional em colaboração com a Câmara Municipal de Ponte da Barca.

ELISABETE BIZARRO,
Arquiteta,
Parque Nacional da Peneda Gerês

HENRIQUE REGALO,
Arqueólogo

Estudo prévio das anomalias existentes

Em dois muros de suporte de terras do Parque da Liberdade

INTRODUÇÃO

O estudo em título consistiu no levantamento estrutural e no levantamento de anomalias de dois muros de suporte de terras do Parque da Liberdade, em Sintra, tendo como objectivo a definição da estratégia de intervenção de reabilitação.

A inspecção foi levada a cabo, fundamentalmente, através de exame visual, tendo em vista, por um lado, a caracterização estrutural e construtiva dos muros e, por outro lado, o registo dos sintomas, causas e natureza das anomalias, nomeadamente, as de índole estrutural.

LEVANTAMENTO ESTRUTURAL E CONSTRUTIVO

O muro de maior extensão, contíguo à Rua Visconde de Monserrate, desenvolve-se ao longo de 340m com altura variável, de 0,5 a 5m. O outro muro, localizado junto à entrada da mesma rua, apresenta um desenvolvimento curvilíneo num total de 45m de comprimento e altura variável de 3,5 a 6,5m.

Os muros, à semelhança de outros existentes na zona, são constituídos por alvenaria de pedra irregular, de dimensão muito heterogénea, encontrando-se as juntas preenchidas superficialmente (quando o são), com argamassa de ligante de cal, facilmente desagregável, assemelhando-se a terra misturada com cal.



Fig. 1 - Muro contíguo à Rua Visconde de Monserrate. Lacunas na alvenaria

LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS VISÍVEIS E SEU DIAGNÓSTICO

Das anomalias detectadas no muro contíguo à Rua Visconde de Monserrate, destaca-se a presença de juntas não preenchidas, lacunas na alvenaria, deformação da secção e, também, fendas de índole estrutural. Estas anomalias poderão ter sido agravadas pela falta de revestimento do muro e de preenchimento das juntas, que apesar de conferirem maior permeabilidade à alvenaria, resultando na diminuição dos impulsos no tardo, propiciam o arrasamento do material de assentamento das pedras, o que reduz o desempenho estrutural, potenciando a instabilidade do muro.

No muro em curva, detectou-se a presença pontual de fendas de índole estrutural, com abertura considerável (até 5cm), que poderão estar relacionadas com a pressão excessiva exercida pelas raízes da árvore que se encontra junto do muro, bem como da oscilação natural desta com o vento.



Fig. 2 - Muro em curva. Fenda com cerca de 5cm de abertura e ausência de revestimento

Assinala-se, em ambos os muros, presença de zonas extensas da alvenaria sem qualquer revestimento, possivelmente devido a falta de manutenção e conservação.

Em geral, os paramentos dos muros encontram-se parcialmente cobertos com vegetação bastante densa, ocultando a alvenaria e, consequentemente, eventuais anomalias.

DEFINIÇÃO DE MEDIDAS CORRECTIVAS POSSÍVEIS

Resumidamente, a intervenção recomendada para eliminar ou mitigar as anomalias detectadas consistiu na eliminação da vegetação infestante, reparação das fendas estruturais, consolidação da alvenaria e, dada a aparente regularidade superficial do paramento, na aplicação de revestimento de argamassa com traço compatível com os materiais existentes.

JOÃO PIRES,
Engenheiro Civil,
Oz, Ld.^a

Santuário do Bom Jesus do Monte

Projecto de Arquitectura Paisagista para o Adro e Envolverte da Igreja



Plano geral de intervenção para a recuperação do Santuário do Bom Jesus do Monte

A intervenção proposta para os espaços exteriores do Adro e Envolverte do Santuário do Bom Jesus do Monte surge na sequência do "Plano de Ordenamento da Estância do Bom Jesus do Monte" (Farinha Marques, P. e Dias Costa, M. J., 1998). Integra-se numa das fases de pormenorização indicadas por este trabalho.

Os objectivos desta proposta de intervenção, desenvolvida pela equipa constituída por Maria João Dias Costa, Paulo Farinha Marques, Maria Cristina Marques e Maria do Céu Lira, podem resumir-se nos seguintes pontos: 1) rematar a forma do Adro existente; 2) ligar os Passos da Crucificação aos Paços da Res-

surreição, unificando o Percorso Sagrado; 3) ordenar a envolvente ao nível de pavimentos e circulações (pedonal e automóvel).

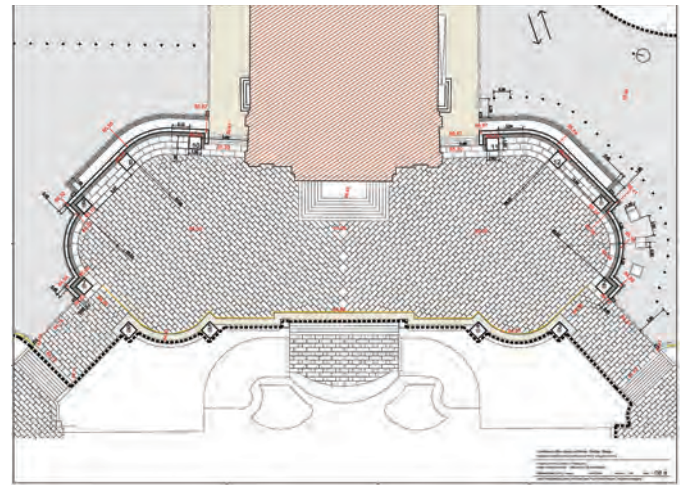
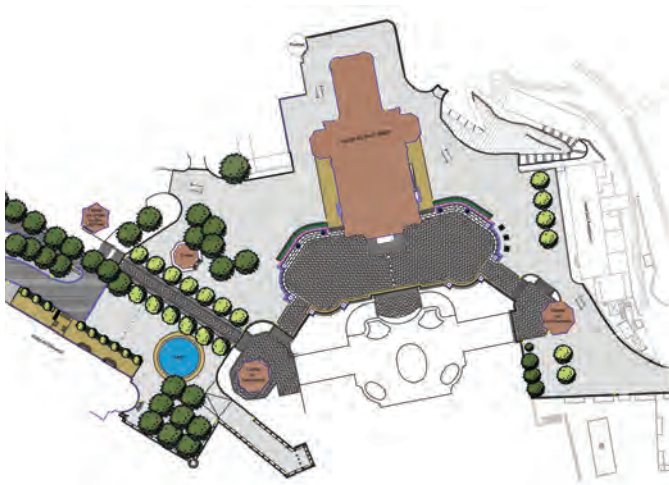
A filosofia de abordagem assenta em princípios que orientam a intervenção em paisagens históricas, os quais pressupõem acções discretas, sustentáveis e minimalistas. Neste processo pretende-se a manutenção e celebração dos referenciais históricos e dos valores culturais e naturais adquiridos que hoje tornam essas paisagens distintas e patrimoniais.

O Adro da Igreja do Bom Jesus nunca chegou a ser rematado, apesar de existirem desenhos e intenções anteriores para levar a cabo esta tarefa (Carlos Amarante no fim do séc. XVIII e Januário Godinho no séc. XX). Januário Godinho (1963) alude que o projecto de Carlos Amarante chegou a ser parcialmente executado tendo sido posteriormente destruído. Não fica claro, no entanto, se esta descrição se refere ao Adro existente ou ao projectado por Amarante, não havendo de momento nenhum outro dado em nossa posse que permita clarificar esta indicação.

A intervenção apresentada responde ao programa apresentado pela Confraria do Bom Jesus do Monte: 1) o desejo de ver adoptada uma solução similar à desenhada por Carlos Amarante; 2) a localização de mais quatro estátuas alusivas ao cenário da Crucificação; 3) pavimentação em lajeado de granito.

A equipa desenvolveu uma abordagem contemporânea, que interpreta e conjuga a linguagem tardobarroca do espaço existente com

Tema de Capa



desenho de Amarante sintetizado por Januário Godinho. Evitou-se a recriação histórica literal que só faria sentido se fosse suportada por registos óbvios da existência prévia de um adro construído.

O desenho proposto e manifestado no Plano Geral, recorre a geometrias dadas pelas existências construídas, e ajusta-as às estátuas presentes e aos encontros com as escadas laterais da Igreja, localizando ainda quatro novas estátuas. O Adro delimita-se a nascente, para ambos os lados da Igreja, por baixos muros de suporte em grandes pedras aparelhadas de granito, que se desenvolvem desde a cota mais alta das escadas laterais da Igreja até a uma cota baixa, junto às estátuas de Caifás e Pilatos. Aí assumem o carácter de pequenos degraus que marcam a entrada no Adro. Estas estruturas relacionam as estátuas sem lhes tocar, distinguindo passado do presente.

A zona com maior desnível é rematada por uma sebe talhada de teixo (*Taxus baccata*), a qual acompanha o muro da cota alta à cota baixa,

criando costas ao Adro e alguma clausura na sua envolvente imediata, não comprometendo, contudo, a vista para planos mais afastados.

O chão do Adro desenhou-se em grandes lajes de granito igual ao das escadas da Igreja, com uma estereotomia em espinha.

Os lugares para implantar as quatro novas estátuas estão previstos no desenho apresentado. Sugere-se que sejam esculpidas com uma linguagem plástica actual, mantendo as mesmas proporções das existentes e celebrando o dramatismo e o movimento barrocos. Em relação às personagens a incluir, e seguindo a orientação dos Evangelhos, propomos que sejam Maria, Mãe de Jesus, Maria Madalena, Maria, Mãe de Tiago, e João, o Evangelista, incontornáveis protagonistas da Paixão de Cristo.

Para consumir a unidade do Percorso Sagrado, ligando especialmente os Passos da Crucificação aos Passos da Ressurreição, tomaram-se duas decisões determinantes: 1) criação de um percurso em linha recta ligando os

Passos; 2) corte da circulação automóvel neste local, impedindo que estes cruzem a Via Sacra.

Cria-se assim uma vasta área pedonal na envolvente imediata ao Adro, que no entanto mantém a possibilidade de circulação de veículos prioritários, pela instalação de dissuasores metálicos rebatíveis.

Ao longo do novo caminho lajeado que liga os Passos, e para acentuar a ligação acima referida, planta-se uma pequena alameda de carvalhos roble (*Quercus robur*). As árvores propostas, de porte e crescimento adequados aos espaços e ritmos do Santuário, localizam-se de modo a não interferir com as estátuas do Adro. Detêm ainda significativo valor autóctone, sensorial e referencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Farinha Marques, P. e Dias Costa, M. J. (1998). *Plano de Ordenamento da Estância do Bom Jesus do Monte*. Confraria do Bom Jesus do Monte, Braga.
Godinho, Januário (1963). *Projecto de Conclusão do Adro Fronteiro ao Templo - Memória Descritiva e Justificativa*. Confraria do Bom Jesus do Monte, Braga.

PAULO FARINHA MARQUES,
Arquitecto Paisagista e Professor Auxiliar
da Universidade do Porto,
Membro CIBIO/ICETA

MARIA JOÃO DIAS COSTA,
Arquitecta Paisagista do Mosteiro
de S. Martinho de Tibães

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro nasceu sob a graça do príncipe regente D. João, recém-chegado ao Brasil com a corte portuguesa, com a invasão de Portugal por Napoleão.



Marc Ferrez

Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cerca de 1885

Charles de Ribeyrolles, em 1858, celebrava essa oferta do então futuro rei de Portugal à cidade:

Maravilhoso oásis esse terreno emoldurado de altos morros, recebendo do mar a brisa fresca por uma fresta que se lhe abre em frente. Contudo, há cinqüenta anos, não era mais que poeira e pântanos pestíferos. É hoje jardim das plantas, das ba-

*naneiras e das essências. E essa risonha metamorfose deve-se ao rei D. João VI. Se ele pouco se dava às ideias e às guerras, comprazia-se com as flores. Deus proteja e perfume a sua alma.*¹

A origem desse lugar está no decreto de 13 de Junho de 1808, que mandava preparar "terreno necessário ao estabelecimento de um jardim de

aclimação, destinado a introduzir no Brasil a cultura de especiarias das Índias Orientais". Em Outubro, esse recinto passou a denominar-se Real Horto².

A década de 1810 foi fundamental para a consolidação do Jardim Botânico e de um esforço de organizar uma rede de estabelecimentos congêneres em outras partes do Brasil. Em 1810, a recém-criada Imprensa Régia publicava o Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil, de Manuel Arruda da Câmara. Ele defendia a importância económica da agricultura nos moldes fisiocráticos, propondo uma política em benefício do Brasil:

*S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor olhou sempre para a agricultura como para a principal fonte da riqueza e abastança do seu Reino; e se Portugal lhe merece um Paternal desvelo e cuidado, que atenções lhe não merecerá o Brasil, seu Principado, que além de ser mais extenso do que toda Europa, é fertilíssimo, e capaz de toda produção?*³

Em 1814, D. João mandou iniciar a cultura de chá no Horto Real com a vinda de chineses para o cultivo da bebida. Embora oficialmente denominado Jardim Botânico em 1819, apenas a partir de 1823 um especialista assumiria a sua direcção: o frei Leandro do Sacramento. "O jardim de aclimação se transformou, por

esse facto, em jardim botânico, abandonando, portanto, o terreno da simples introdução da cultura empírica para passar a trabalhos mais sérios de experimentação e de estudo", comentou Barbosa Rodrigues⁴. Segundo este, em 1825 o Jardim distribuiu plantas e sementes para os jardins do Pará, Pernambuco e Bahia e, quatro anos depois, fez permutas com o Jardim Botânico de Cambridge. Esse momento auspicioso durou pouco: com a morte de frei Leandro em 1829, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro cairia no marasmo científico.

O ENCANTO OU A CIÊNCIA

O alemão Carl Seidler, um azedo viajante no Rio de Janeiro dos anos 1830, foi condescendente diante do Jardim Botânico:

...penetramos... no esplêndido jardim, ornado de todos os tesouros do reino vegetal, e que tem uma área de cerca de duas léguas quadradas. Aqui se vê claramente com que infinita bondade, poder-se-ia dizer com que predilecção, a mãe natureza abençoou a esta terra abundantemente, mais que a todas as outras. As plantas de todas as zonas, naturalmente exceptuadas as do extremo norte e as do extremo sul, medram aqui exuberantemente e com pouco trato de mão humana.⁵

Cientificamente céptico, mas poeticamente embevecido, Charles de Ribeyrolles contrapunha a riqueza paisagística à "limitação" botânica:

Nesse jardim, pobre em espécies, deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colunata como jamais tiveram palácios e templos. É uma aldeia de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. [...] Esse primeiro aspecto de grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras. [...]. Mas aqui domina o exótico, o que é lamentável dano. A aclimação é dever e necessidade



Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cerca de 1880

para essa pobre Europa esgotada de germes, que sabe o que possui. Aqui a terra é virgem e quase desconhecida. O primeiro trabalho deve-se ao solo, e anos bastantes se passarão antes que a exploração, hábil e paciente, acabe o seu inventário.

E concluiu, secamente:


O Jardim Botânico do Rio devia ser, antes de tudo, brasileiro.⁶

Na ausência de uma actividade científica após a morte de frei Leandro, o recinto passou a ser uma área de divertimento. Ao assumir a direcção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1890, J. Barbosa Rodrigues procurou reorganizar as suas actividades. Perguntou-se: "como, pois, transformar um simples jardim de recreio, quase secular, em que os vegetais não podiam ser transplantados para colocá-los por ordem sistemática?"⁷

O discurso de Barbosa Rodrigues era claro: havia uma incompatibilidade entre um recinto com finalidades científicas e o lugar de passeio que ele encontrou. "Moralizar" o jardim, recompô-lo como "um terreno da ciência" com a retomada de actividades botânicas eram formas de superar o



Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cerca de 1890

estigma. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro deveria ser o santuário da ciência – dentro do espírito positivista em vigência –, e não do mundanismo – aquele que se firmou ao longo do século XIX. A veneração à ciência não era compatível com o culto das vaidades humanas. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ⁽¹⁾ RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Tradução por Gastão Penalva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 192.
- ⁽²⁾ RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894, P. III.
- ⁽³⁾ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 199.
- ⁽⁴⁾ RODRIGUES, op. cit., p. IX.
- ⁽⁵⁾ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Tradução de Bertholdo Klinger. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 64.
- ⁽⁶⁾ RIBEYROLLES, op. cit., p. 192.
- ⁽⁷⁾ Idem, p. XX, passim.

HUGO SEGAWA,
Arquitecto,
Professor da Faculdade de Arquitectura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo

Quadro de Honra

Pedra & Cal



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



LNRIBEIRO
CONSTRUÇÕES Lda



Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.



SOMAFRE
CONSTRUÇÕES

Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECORPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista *Pedra & Cal*.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECORPA

Património Geológico e valorização dos territórios

O QUE É O PATRIMÓNIO GEOLÓGICO?

O Património Geológico é parte integrante do Património Natural e, como tal, segue por norma os passos habituais para a sua inventariação e classificação. O processo de classificação está envolvido por uma série de critérios científicos, educacionais e culturais que são úteis do ponto de vista da identificação dos valores culturais, ambientais e estéticos, assim como dos interesses associados a determinado local ou fenómeno natural. Deste modo, apenas algumas ocorrências geológicas são passíveis de serem consideradas Património Geológico. É necessário ter em conta a sua singularidade, significância, contexto paisagístico-ecológico, etc.. Assim, dada a necessidade de uniformizar critérios para a selecção de tais sítios, desde a década de 80 do século XX que, no que respeita a Portugal, têm sido propostas e aperfeiçoadas formas concretas de inventariação, avaliação e classificação de geótopos ou geossítios, promovidas por associações e instituições como a Liga para a Protecção da Natureza, Instituto da Conservação da Natureza, Associação Portuguesa de Geólogos, ex-Instituto Geológico e Mineiro, ProGEO, Museu Nacional de História Natural.

O PATRIMÓNIO GEOLÓGICO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Assim como outros elementos definidos com potencial patrimonial e turístico, tais como o Património Arquitectónico e Arqueológico, o

Património Geológico pode ter um papel relevante no desenvolvimento socio-económico e na promoção e valorização do território aos níveis nacional e internacional. A exploração turístico-científica (isto porque, actualmente, está em voga o turismo científico) dos elementos abrangidos pela geologia numa região pode ser essencial para a captação e fixação de população nas áreas mais isoladas, potenciando a reabilitação do local, de forma a garantir os padrões de qualidade exigidos e assegurando a sustentabilidade da população.

Devido às suas características naturais, a Geologia torna-se um elemento bastante acessível do ponto de vista da exploração turística e (geo)conservação, viabilizando projectos privados e públicos com baixos custos logísticos e económicos. Como é óbvio, existem casos em que a não promoção desse tipo de património, mesmo sendo classificado, é essencial para a sua preservação. Englobam-se nestes casos, algumas jazidas de fósseis e de minerais, cujas singularidade ou sensibilidade acrescida assim o exigem, ficando apenas salvaguardado e conhecido por especialistas.

O PATRIMÓNIO GEOLÓGICO EM ÁREAS URBANAS

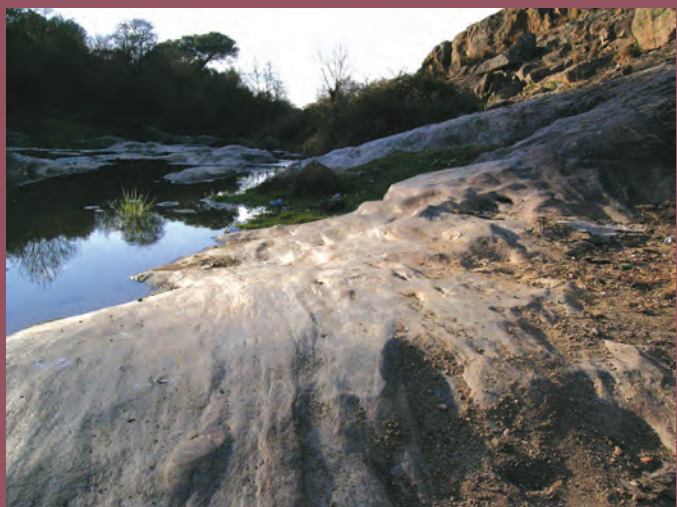
Nas cidades, onde o valor dos terrenos é elevado devido à pressão urbanística constante, o conhecimento da Geologia local é fulcral para a implantação da malha urbana e para o reconhecimento dos valores geológicos aí existentes, definindo assim qual ou quais os impactos que

advêm da sua destruição. Deste modo, o Património Geológico age de forma valorizadora, mesmo sendo um recurso turístico ainda pouco conhecido. Na criação dos PDMs, por exemplo, o reconhecimento da Geologia de uma região é essencial de forma a conhecer os riscos geológicos (actividade vulcânica e sísmica, por exemplo) inerentes a determinada área, assim como as "riquezas" escondidas nas rochas, tais como as jazidas de fósseis e de minerais, que poderão ser postas a público através da musealização ou exploração turística. Desta forma, a Geologia influencia a criação dos planeamentos urbanos ao nível da distribuição e morfologia da rede viária e habitações e ao nível das engenharias, onde a segurança dos edifícios também dependerá das condições naturais de determinado local.

A população em geral desconhece a existência do Património Geológico. Isto deve-se essencialmente a uma insuficiente divulgação nos meios de comunicação mais comuns que leva a uma cultura geral geológica muito básica ou mesmo ausente. Compete às autoridades e às instituições envolvidas na classificação de património divulgar estes recursos. Este desinteresse ou desconhecimento parece ser causa do "abandono" de inúmeros elementos classificados como Património Geológico. De facto, é na cidade onde mais se verifica esse "abandono", por falta de promoção desses locais e de explicação das suas características. Não raras vezes, os elementos classificados estão resumidos a descampados, terrenos



Ecopercurso nas margens do Rio Almansor, em Montemor-o-Novo, onde se salienta a importância dos meios biótico e abiótico na dispersão dos elementos antropogénicos e sua relação com a auto sustentabilidade



Aspecto de um afloramento geológico no Rio Almansor, em Montemor-o-Novo, onde se destaca o padrão erosivo do rio sobre este tipo de rocha. Aqui pode ser constatado que o padrão de sulcos e altos está relacionado com diferenças mineralógicas deste tipo de rocha bandada, aqui paralelo ao fluxo do rio, aumentando a sua susceptibilidade à erosão ao longo das bandas de minerais da rocha

baldios, como é exemplo o Geossítio do Gasómetro em Lisboa, em plena Avenida Infante Santo.

Existem muito poucos elementos com interesse geológico a serem devidamente explorados e valorizados, sob a forma de jardins, museus, estações temáticas (paragens de roteiro turístico), e ao invés do papel valorizador e cultural que o Património Geológico possa ter, é desvalorizado e visto como desvalorizador.

O ESTADO DA ARTE DO PATRIMÓNIO GEOLÓGICO EM PORTUGAL

A classificação de Património Geológico em Portugal encontra-se neste momento em plena ascensão, estando prevista a criação de numerosos circuitos e parques temáticos, onde a Geologia é o tema central. O estudo geológico foi sempre acompanhado pelo reconhecimento dos valores existentes nas rochas, mas o reconhecimento do seu valor patrimonial do ponto de vista da sua importância como registo da história da Terra só veio a ser debatido a partir da segunda metade do século

XX, após diversos tratados de Conservação da Natureza. Em Portugal é de destacar o papel dos primeiros estudos e publicações a salientar o papel e a divulgação do Património Geológico. Assim, é essencial referenciar nomes tais como os geólogos Miguel Ramalho, Galopim de Carvalho e mais recentemente o Prof. Fernando Barriga, referindo-se os seus trabalhos no *Museu Geológico do INETI-IGM* (antigos *Serviços Geológicos de Portugal*) e no *Museu Nacional de História Natural*, ambos em Lisboa.

Desde então que o Património Geológico tem vindo a ser classificado e valorizado, muitas vezes sem muito interesse em divulgar, pelas entidades competentes, (IPPAR, autarquias, etc.), junto da população em geral, levando na maioria dos casos à sua destruição em virtude das pressões urbanas ou agrícolas. Recentemente foi criado o primeiro parque geológico em solo português integrado na rede internacional *Geoparks*, o *NaturTejo Geopark*, na região de Idanha-a-Nova e Concelhos adjacentes. Este parque integra toda a

riqueza natural existente na região (geomorfologia, geologia, hidrologia, biologia) assim como os seus recursos arquitectónicos e arqueológicos. Pelas suas características, este projecto foi distinguido com o *Prémio Geoconservação* da associação *ProGEO* (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico, ver site www.progeo.pt) no ano de 2006 e constitui o melhor exemplo de aplicação de circuitos turísticos integrados nas populações, que contribui para a economia de uma região do interior através da valorização do seu maior e melhor recurso, a Paisagem Natural. 

SÍTIOS NA INTERNET SOBRE PATRIMÓNIO GEOLÓGICO

Lista de geomonumentos e sítios com interesse geológico - <http://www.progeo.pt/geomon.htm>
Naturtejo Geopark - <http://www.naturtejo.com/>
European Geoparks Network - <http://www.europeangeoparks.org>

ÍCARO FRÓIS DIAS DA SILVA,
Geólogo,
Investigador Bolseiro do LATTEX -
Laboratório de Tectonofísica e Tectónica
Experimental da Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa

Os Arrendamentos Comerciais à luz da Nova Lei do Arrendamento

(Continuação do número anterior)

No artigo publicado no anterior número da *Pedra&Cal*, escolhemos o tema dos arrendamentos comerciais à luz do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), em vigor desde o passado dia 28 de Junho de 2006.

Havíamos dito que passou a vigorar o princípio da liberdade de estipulação em matéria de "*duração e denúncia*" nos contratos de arrendamento comercial. Isto é, podem as partes nesta matéria, livremente, escolher o conteúdo do contrato que pretendam celebrar, definindo a duração do mesmo, bem como os prazos e modos de denúncia de ambas as partes, aplicando-se o regime legal (supletivo), apenas se nada for ajustado por escrito.

Deixámos, por esclarecer, qual o regime aplicável à denúncia do contrato de arrendamento comercial celebrado à sombra da lei revogada, o RAU, quando o respectivo clausulado não preveja o regime de denúncia, ou, quando prevendo-o, o mesmo violasse o regime imperativo fixado no RAU, pois, nesse caso, estaremos perante cláusulas nulas, e, como tal, não podem produzir quaisquer efeitos, sendo substituídas pelo regime previsto na lei à data da celebração (o RAU).

Como já havíamos referido, o legislador do RAU introduziu em 1995 uma alteração que permitiu a celebração do contrato de arrendamento comercial com o prazo inicial mí-

nimo de 5 anos, permitindo a denúncia do senhorio para o final desse prazo. A contrapartida para o inquilino foi a de lhe permitir desvincular-se do mesmo, em qualquer momento, desde que o fizesse com um pré-aviso de 90 dias.

Pelo que, se as partes celebraram à sombra do RAU um contrato de arrendamento de duração determinada, isto é, segundo a terminologia da lei nova, o NRAU, com *prazo certo*, a denúncia do arrendatário deve ser efectuada, através de carta registada com aviso de recepção com o pré-aviso, não já dos 90 dias anteriormente previstos, mas com o pré-aviso de 120 dias, logo que decorridos 6 meses de contrato. O que faz com que, nos termos do NRAU o contrato de arrendamento com prazo certo só possa ser denunciado para o final de 10 meses de duração contratual, o que não acontecia antes (art.º 1098º, n.º 2 do Código Civil).

Já o senhorio apenas poderá denunciar o contrato para o final dos 5 anos, ou, de qualquer das renovações previstas, desde que o faça com a antecedência de 1 ano relativamente ao final do período em causa. Deixou aqui de ser necessário o recurso à notificação judicial avulsa (é uma espécie de carta feita pelo senhorio, mas que, em vez de ser remetida ao inquilino via CTT, o era pelo Tribunal), bastando agora a carta registada com aviso de recepção ou entregue em mão, desde que o senhorio possa depois fazer prova



dessa entrega, pelo que, deverá promovê-la por protocolo (art.º 1097º do Código Civil).

E, se as partes, à sombra da lei antiga, o RAU, tiverem celebrado um contrato de arrendamento comercial com a duração de 1 ano? Ou com outra duração, mas, inferior a 5 anos? Neste caso, não estamos nem no âmbito da lei antiga, nem sequer na actual legislação perante um contrato de duração certa, mas, perante um contrato renovável automaticamente, independentemente, da falta de vontade do senhorio em renová-lo.

Em face da nova lei, o NRAU, estamos, pois, perante um contrato cujo regime de denúncia a aplicar é o previsto para os *contratos de duração indeterminada* (art.os 1099º e segs. do Código Civil).

Neste tipo de arrendamento, a denúncia do arrendatário é efectuada, sem necessidade de ser invocado qualquer motivo, a todo o tempo,

por carta registada com aviso de recepção, desde que, com a antecedência de 120 dias. Caso o arrendatário denuncie sem respeitar o pré-aviso, a denúncia opera o seu efeito na data por este pretendida, mas, o arrendatário terá que indemnizar o senhorio pelo período de renda em falta, que será a diferença para os 120 dias.

Quanto à faculdade do senhorio denunciar, esta inexistente, porquanto, se é verdade que a alínea c) do art.º 1101.º do Código Civil prevê que os senhorios *têm a possibilidade de denunciar os arrendamentos de duração indeterminada com uma antecedência não inferior a 5 anos* – não, não se trata de erro de escrita do signatário, são mesmo *cinco* anos –, nos contratos celebrados à sombra da lei anterior (o RAU), não se aplica o disposto nesta alínea por força do art.º 26.º, n.º 4, al. c) da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.


A não ser que, entretanto, e na pendência da nova lei, tenha havido trespasse ou locação do estabeleci-

mento, ou, no caso do arrendatário ser uma sociedade, tenha havido uma transmissão de mais de 50% do capital social, a não ser que a mesma se deva a morte do sócio e quem lhe suceda sejam os seus herdeiros (art.º 26.º, n.º 6, al.s a) e b) da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro). Nestes casos – deixando de fora os de sucessão *mortis* causa na titularidade do capital social da sociedade arrendatária –, o senhorio pode mesmo denunciar o arrendamento com 5 (cinco) anos de antecedência. Pense-se aqui que, será melhor os 5 anos – ainda que se ache demais – do que os 30 anos de duração do arrendamento.

Pode, ainda, o senhorio denunciar o arrendamento por necessidade de habitação do próprio ou dos seus descendentes em primeiro grau, ou, para demolição ou realização de obra de remodelação ou restauro profundos (art.º 1101.º, al.s a) e b)). No caso da denúncia do senhorio por força da realização das referidas obras (demolição, remodelação e

restauro profundos), necessitaríamos de mais dois ou três números desta publicação para se levar a cabo a espinhosa tarefa de explicar o seu regime, ainda que, sumariamente, para chegarmos à conclusão de que, dificilmente, será exequível, a não ser com a anuência do inquilino. Mas, neste caso, se houver vontade do inquilino em "cooperar", certamente, a via será a indemnizatória, e não outra.

Estamos, pois, Prezados Leitores, lamentamos dizer-lhe, em face duma má lei, o RAU, revogada por uma outra, o NRAU, ainda, pior, o que estamos em crer, irá fazer disparar os litígios. Isto, claro está, em nosso modesto entendimento.

Esperemos que o tempo se encarregue de não nos dar razão... 

A. JAIME MARTINS,
Docente Universitário,
Advogado-sócio de ATMJ - Sociedade de Advogados
a.jaimemartins@atmj.pt



CONSTRUÇÕES **JOSÉ MOREIRA**

Soc. Construções José Moreira
Av. Manuel Alpedrinha 15 • 2720 - 352 Amadora, PORTUGAL
Tel: +351 21 496 1270 • Dct: +351 21 499 8655 • Mob: +351 91 7230 635 • Fax: +351 21 495 9780
josemoreira@josemoreira.com • csantos@josemoreira.com • www.josemoreira.com
Capital Social € 750.000, CRC Amadora 4482, Alvará Construção 2294, NIF 501337300

Carta de Florença

Sobre a salvaguarda de jardins históricos ICOMOS, Florença, 21 de Maio de 1981

PREÂMBULO

Reunida em Florença em 21 de Maio de 1981, a Comissão Internacional dos Jardins Históricos ICOMOS-IFLA decidiu elaborar uma Carta relativa à salvaguarda de jardins históricos, que terá o nome desta cidade. Esta Carta foi redigida pela Comissão e adoptada em 15 de Dezembro de 1982 pelo ICOMOS com vista a completar a Carta de Veneza neste domínio específico.

DEFINIÇÕES E OBJECTIVOS

Artigo 1.º

Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento.

Artigo 2.º

O jardim histórico é uma composição arquitectónica, cujo material é essencialmente vegetal e portanto vivo, perecível e renovável.

O seu aspecto é, pois, o resultado de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações do ano, o crescimento e a decadência da natureza, e a vontade artística e a mestria humana que tendem a perpetuar o seu estado.

Artigo 3.º

Enquanto monumento, o jardim histórico deve ser salvaguardado segundo o espírito da Carta de Veneza. Todavia, atendendo a que se trata de um *monumento vivo*, a sua salvaguarda depende de regras específicas, que são o objecto da presente Carta.

Artigo 4.º

Determinam a composição arquitectónica de um jardim histórico:

- o seu traçado e a sua topografia;
- a sua vegetação: espécies, volumes, jogos de cores, distâncias e respectivas alturas;
- os seus elementos estruturais ou decorativos;
- a sua água em movimento ou parada, reflectindo o céu.

Artigo 5.º

Expressão da estreita relação entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, propício à meditação ou à re-

criação, o jardim adquire assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um "paraíso" no sentido etimológico do termo, mas que é o testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época e eventualmente da originalidade de um criador artístico.

Artigo 6.º

A denominação de jardim histórico aplica-se tanto a pequenos jardins como aos grandes parques, quer a sua composição seja formal ou naturalista.

Artigo 7.º

Quer esteja ou não ligado a um edifício, do qual constitua um complemento inseparável, o jardim histórico não pode desligar-se do seu próprio enquadramento urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8.º

Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocativa de um facto memorável: lugar de um acontecimento histórico relevante, origem de um mito importante, ou de um combate épico, tema de um quadro célebre, etc..

Artigo 9.º

A salvaguarda dos jardins históricos exige que os mesmos sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diversas, de manutenção, de conservação e de recuperação. Eventualmente pode-se recomendar a reconstrução. A autenticidade de um jardim histórico está relacionada quer com o desenho e as proporções das suas várias componentes, quer com os elementos ornamentais e a escolha dos elementos vegetais ou inorgânicos que o constituem.

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO

Artigo 10.º

Todo o trabalho de manutenção, de conservação, de recuperação ou de reconstrução de um jardim histórico ou de uma das suas parcelas deve ter em conta, simultaneamente, todos os seus elementos. Separar os tratamentos alteraria a unidade do conjunto.

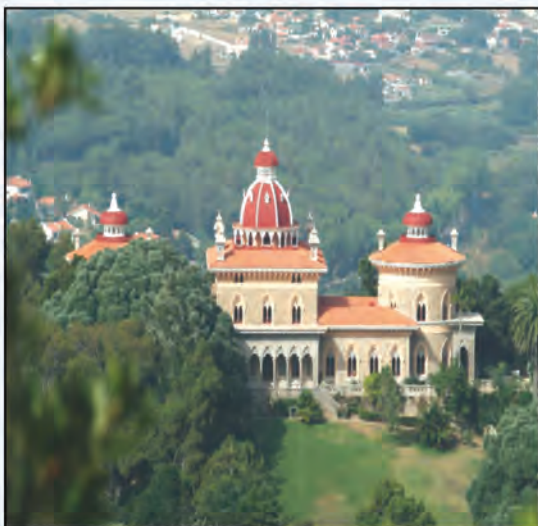
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Artigo 11.º

A manutenção contínua dos jardins históricos é uma ope-

LNRIBEIRO CONSTRUÇÕES Lda

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS



A par de um curriculum significativo em obras, algumas de grande complexidade, da área hospitalar, a empresa orgulha-se de uma intervenção crescente em recuperação e reabilitação de património com um cunho de rigor, qualidade e profissionalismo.



A Empresa **LNRibeiro Construções Lda**, fundada em 1989, tem desenvolvido a sua actividade de construção civil e obras públicas preferencialmente na área da reabilitação, remodelação.



Os nossos operários, técnicos e responsáveis fazem reabilitação por opção e gosto.

A reabilitação exige particular sensibilidade, total disponibilidade na procura das melhores soluções para cada caso e um grande respeito pelo património arquitectónico.

RUA PAULO RENATO, 3 R/C, C-D 2799-561 LINDA A VELHA
TEL: 214153520, FAX:214153528, E-MAIL:LNRIBEIRO@LNRIBEIRO.PT

ração de importância primordial. Sendo vegetal o seu material principal, a preservação do jardim requer, tanto renovações pontuais, como um programa das renovações cíclicas a longo prazo (abate de exemplares vegetais no final da sua maturação e replantação de idênticos exemplares já desenvolvidos).

Artigo 12.º

A escolha das espécies de árvores, de arbustos, de plantas e de flores a replantar periodicamente, deve ser feita tendo em conta as práticas estabelecidas e reconhecidas nas diferentes regiões botânicas e hortícolas, procurando identificar as espécies originais e preservá-las.

Artigo 13.º

Os elementos de arquitectura, de escultura, de decoração, fixos ou móveis que fazem parte integrante do jardim histórico, não devem ser retirados ou deslocados excepto na medida em que a sua conservação ou recuperação o exija. A substituição ou a recuperação de elementos em perigo deve fazer-se segundo os princípios da Carta de Veneza, e deve indicar-se a data de qualquer substituição.

Artigo 14.º

O jardim histórico deve ser conservado num ambiente apropriado. Qualquer modificação do meio físico que ponha em perigo o equilíbrio ecológico deve ser proibida. Estas medidas referem-se ao conjunto das infra-estruturas, tanto internas, como externas (sistemas de irrigação e drenagem, caminhos, estacionamento, vedações, dispositivos de vigilância, equipamentos de apoio ao visitante, etc.).

RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Artigo 15.º

Nenhuma recuperação e, sobretudo, nenhuma reconstrução de um jardim histórico deverá ser empreendida sem ser realizada previamente uma ampla investigação, desde a escavação arqueológica à recolha de toda a documentação relativa ao jardim em questão e a outros jardins semelhantes, a fim de assegurar o carácter científico da intervenção. Antes de iniciar quaisquer obras, deve preparar-se um projecto baseado na referida investigação, o qual será submetido à consideração de um grupo de especialistas para a sua análise e aprovação.

Artigo 16.º

A intervenção de recuperação deve respeitar a evolução do jardim em questão. Em princípio, não se deve privilegiar uma época em prejuízo das demais, a não ser em casos excepcionais quando o grau de degradação ou destruição que afecta certos elementos do jardim seja de tal envergadura que aconselhe a sua reconstrução, a qual deve basear-se nos vestígios que subsistam ou em documentação irrefutável. A eventual reconstrução poderá ser justificada nas partes do jardim mais próximas de um edifício, a fim

de fazer sobressair a coerência do conjunto.

Artigo 17.º

No caso de um jardim ter desaparecido totalmente ou quando apenas restem vestígios conjecturais sobre os seus estádios anteriores, não deve ser efectuada uma reconstrução baseada na noção de jardim histórico. Em tais circunstâncias, uma obra que se inspirasse em formas tradicionais, realizada sobre a localização de um antigo jardim, ou mesmo onde nunca tenha existido qualquer jardim, assumiria, simplesmente, a noção de evocação ou de criação original, e em nenhum caso poderia ser qualificada como um jardim histórico.

UTILIZAÇÃO

Artigo 18.º

Se bem que todo o jardim histórico esteja destinado a ser visto e percorrido, o seu acesso deve ser restringido em função da sua extensão e da sua fragilidade, de forma a preservar a sua integridade física e o seu conteúdo cultural.

Artigo 19.º

Por natureza e por vocação, o jardim histórico é um lugar aprazível favorecendo o contacto humano, o silêncio e o escutar da natureza. Esta concepção do seu uso quotidiano deve contrastar com o uso excepcional do jardim histórico como lugar de festa. Convém, pois, definir as condições de visita dos jardins históricos de tal forma que a festa, celebrada excepcionalmente, possa por si só contribuir para realçar o espectáculo do jardim, e não para o banalizar ou degradar.

Artigo 20.º

Se, na vida quotidiana os jardins podem acomodar-se à prática de jogos tranquilos convém, em contrapartida, criar em áreas contíguas aos jardins históricos, zonas próprias para jogos e desportos mais activos e movimentados, de tal forma que se dê resposta a esta necessidade social sem que ela impeça a conservação dos jardins e dos sítios históricos.

Artigo 21.º

Os trabalhos de manutenção ou de conservação, cujo ritmo seja imposto pelas estações do ano, ou as curtas operações que contribuam para restituir a autenticidade, devem ter sempre prioridade sobre as necessidades de utilização. A organização de qualquer visita a um jardim histórico deve ser submetida a regras que garantam a preservação do espírito do lugar.

Artigo 22.º

Quando um jardim se encontra cercado por muros, estes não devem ser removidos sem ponderar previamente todas as consequências prejudiciais que poderiam resultar para a sua salvaguarda e para a alteração da sua ambiência.

Tema de Capa

PROTECÇÃO LEGAL E ADMINISTRATIVA

Artigo 23.º

Compete às autoridades responsáveis, ouvidos os peritos competentes, adoptar as disposições legais e administrativas apropriadas para favorecer a identificação, a inventariação e a protecção dos jardins históricos. A sua salvaguarda deve ser integrada nos planos de ocupação do solo e em todos os documentos de planeamento e de ordenamento do território. E igualmente da responsabilidade das autoridades competentes, com a assessoria de peritos competentes, a criação de disposições financeiras adequadas para favorecerem a manutenção, a conservação, a recuperação, e eventualmente quando necessário a reconstrução dos jardins históricos.

Artigo 24.º

O jardim histórico é um dos elementos do património, cuja sobrevivência, devido à sua natureza, exige os maiores cuidados contínuos por pessoas qualificadas. Convém, portanto, que uma pedagogia apropriada assegure a formação destas pessoas, quer se trate de historiadores, arquitectos, arquitectos paisagistas, jardineiros ou botânicos. Deve, também, assegurar-se a produção regular dos elementos vegetais necessários à manutenção, conservação e recuperação dos jardins históricos.

Artigo 25.º

O interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado por todo o tipo de actuações capazes de valorizá-lo enquanto património e de torná-lo mais conhecido e apreciado: promoção da investigação científica, intercâmbio internacional e difusão da informação, publicação e divulgação, estímulo do acesso controlado aos jardins pelo público, sensibilização para o respeito pela natureza e pelo património histórico através dos principais meios de comunicação social. Os jardins históricos mais importantes serão propostos para figurar na Lista do Património Mundial.

Nota

Estas são as recomendações apropriadas ao conjunto dos jardins históricos de todo o mundo.

Esta Carta poderá ser posteriormente completada com artigos adicionais aplicáveis a tipos específicos de jardins, incluindo uma sucinta descrição das suas tipologias.

FLÁVIO LOPES E MIGUEL BRITO CORREIA,
Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas,
Recomendações e Convenções Internacionais,
Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 195-200



Onduline Sub-Telha, contribui para a protecção divina do seu telhado

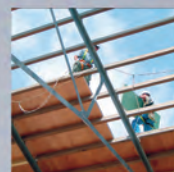
Onduline
ROOF SYSTEMS
SUBTELHA • PAINEL SANDWICH

Onduline SubTelha: Sistema de impermeabilização de coberturas (revestidas a telha cerâmica) económico e de fácil aplicação, que protege de forma segura e duradoura, sem alterar a estética das habitações e de acordo com a legislação em vigor para execução de coberturas.

Painel Sandwich Ondutherm: Elemento estrutural para execução de coberturas inclinadas. Constituído por uma face de aglomerado hidrófugo, núcleo de isolamento térmico em Poliestireno Extrudido e acabamento variado (madeira, gesso, etc). Comercialização feita em painéis standard de 2500x600mm, com várias espessuras dos seus componentes que poderão ser alterados de forma a satisfazer as necessidades específicas de cada obra.



Onduline SubTelha



Ondutherm Painel Sandwich

Linha directa dpt. técnico ONDULINE

info@onduline.pt www.onduline.pt

Onduline

Onduline Portugal, SA

Rua das Lages, 524 • 4410-272 Canelas VNG

Telefone 227 151 230 • Fax 227 123 788

NOTÍCIAS

Assembleia Geral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS

No dia 23 de Março, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, realizou-se a 11.^a Assembleia Geral do ICOMOS-Portugal. Após uns anos de presidência de Cláudio Torres, é agora José Aguiar que preside à Direcção, sendo Maria Fernandes a Secretária-Geral e Miguel Brito Correia o Tesoureiro. A nova Direcção é composta por mais dez membros, havendo ainda uma nova Mesa da Assembleia Geral e um Conselho Consultivo. Vítor Cóias integra o Conselho Consultivo. A Comissão Portuguesa foi fundada em 1980 e congrega os profissionais da conservação e restauro do património construído, tendo como objectivo divulgar os princípios éticos de intervenção em monumentos e sítios com valor histórico-cultural. A nova sede do ICOMOS-Portugal é na FAUTL, sala 4.1.2, Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

Comissão Científica Internacional dos Jardins Históricos e Paisagens Culturais (ICOMOS/IFLA)

Tendo sido fundada em 1968, é uma das comissões mais antigas do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) e resulta da conjugação de esforços desta organização e da Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas (IFLA). Procurou afirmar uma ideia, hoje plenamente reconhecida, mas

na altura inovadora, que é a de que um jardim histórico é um monumento. Em 1981 aprovou a *Carta de Florença sobre os jardins históricos* e mais tarde teve um papel relevante na definição do conceito de paisagem cultural.

MBC

3.^a Mostra do Restauro Monumental

Do restauro à conservação

A 3.^a Mostra do Restauro Monumental decorreu em Ferrara, de 22 a 25 de Março e contou com a organização do ICOMOS Itália, com o apoio do Ministério da Cultura italiano, da *Fondazione Politecnico di Milano* e do ICOMOS International. Esta exposição, concebida como um laboratório itinerante de investigação, vai percorrer também outras cidades italianas, antes de chegar a algumas das principais capitais europeias.

Ferrara foi escolhida para rampa de lançamento da iniciativa, porque o "*Salone dell'Arte del Restauro e della Conservazione dei beni Culturali ed Ambientali*", organizado naquela cidade desde 1991, é cada vez mais visto como a mais importante mostra europeia dedicada ao Restauro, proporcionando aos profissionais uma interessante e actualizada perspectiva em matéria de protecção e valorização das heranças culturais.

Concurso de fotografia

Educar para o património

O Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra tem vindo a desenvolver, desde o ano lectivo 2005/06, acções de sensibilização sobre o Património, intituladas "Conhecer quem fomos, é saber quem somos" junto da comunidade escolar, nomeadamente junto dos alunos do 1.º Ciclo.

No presente ano lectivo assistiram a acções em sala 339 crianças, de 8 escolas de Coimbra. Participaram ainda 343 crianças em várias visitas guiadas pelo Centro Histórico.

Ao longo do ano, decorreu um concurso de fotografia intitulado "Conhecer quem fomos, é saber quem



somos - Fotografar o Património". A entrega dos prémios realizou-se no passado dia 20 de Junho, às 16h, no Salão Nobre da Câmara Municipal.

A escola vencedora foi a EB1 de S.

Bartolomeu, com uma fotografia do Arco Pequeno da Barbacã (monumento do Centro Histórico de Coimbra). Foram ainda atribuídas três menções honrosas (ao 2.º Jardim Escola João de Deus, à EB1 de Almas de Freire e à EB1 de S. Bartolomeu).

Todas as crianças receberam uma recordação pela sua participação: os alunos pertencentes ao grupo vencedor receberam um DVD intitulado "À Descoberta de Coimbra" e o "Manual de Educação em Património Arquitectónico". Os restantes foram todos contemplados com o referido Manual.

Em Outubro**Aveiro debate
Arquitectura de Terra**

O Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, a Escola Superior Gallaecia, a Fundação Convento da Orada e a Associação Centro da Terra, vão organizar o 5.º Seminário Arquitectura de Terra em Portugal, que vai decorrer na Universidade de Aveiro, em Outubro.

Além do seminário, a ter lugar nos dias 11 e 12, decorrerá na noite do primeiro dia um jantar oficial, estando também prevista uma visita técnica no dia 13, para dar a conhecer o património em terra existente em Aveiro. Este importante encontro juntará uma vez mais engenheiros, arquitectos, investigadores e técnicos de diversas partes do mundo, representando as diferentes áreas relacionadas com a construção em terra. As comunicações apresentadas versarão sobre quatro painéis temáticos: Arquitectura e Ambiente; Materiais e Comportamento; Técnicas e Construção e Património e Conservação.

+ informações: www.civil.ua.pt/5atp.htm

Património para miúdos**Jardins portáteis em Serralves****Uma ponte entre
o museu e a escola**

Jardins Portáteis foi o tema que o Serviço Educativo do Museu Serralves propôs como ponto de partida para o Projecto com Escolas em 2006-2007. O objectivo da iniciativa era estimular a aproximação dos mais jovens à arte contemporânea. No projecto deste ano pretendeu-se sensibilizar crianças e jovens para os conhecimentos envolvidos na concepção, construção e manutenção de um jardim, enquanto realidade viva e dinâmica a preservar. Ao longo de um ano lectivo, artistas, biólogos e engenheiros agrícolas partilharam as suas experiências com grupos escolares de várias idades, em oficinas realizadas na Fundação. Em simultâneo, na escola, educadores e professores deram continuidade ao projecto, através da criação dos seus próprios jardins, que foram enviados para a exposição final em Serralves. O resultado é o que pode agora ficar a conhecer na exposição, que estará patente até 21 de Outubro em Serralves.

Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos – Técnicas pouco intrusivas**Partilhar conhecimento prático e teórico**

No dia 10 de Julho, no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, teve lugar o lançamento e apresentação pública da obra "Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos", da autoria de Vítor Cóias.

Na abertura da sessão, o presidente daquele instituto público, Nuno Vasconcelos, salientou que este é «um tema fundamental», a tal ponto que se insere na política do actual Executivo, que está empenhado em aumentar o conhecimento necessário para o desenvolvimento do sector.

O novo livro de Vítor Cóias é uma obra "oportuna, abrangente, indispensável e única", avançou João Mascarenhas Mateus, de quem esteve a cargo a apresentação.

Mascarenhas Mateus explicou que, ao longo da obra, "a ênfase é posta na abordagem pouco intrusiva, isto é, aquela em que as obras se fazem com o mínimo de alteração do modelo



Vasco Ribeiro/IHRU

Da esquerda para a direita: Artur Correia da Silva, Vítor Cóias, Nuno Vasconcelos, João Mascarenhas Mateus e Filipe Jorge

construtivo e estrutural original".

Depois de recapitulado um conjunto de dados relativos à anatomia dos edifícios antigos, passam-se em revista as principais anomalias decisivas para a concepção das intervenções de reabilitação. As técnicas de intervenção são descritas e ilustradas de modo sistematizado tal como os materiais não tradicionais que se usam em intervenções de reabilitação. Segue-se a questão da verifi-

cação da estabilidade e da segurança estrutural, bem como a da gestão da qualidade nas obras de reabilitação.

Nos anexos disponibiliza-se um vasto conjunto de informação complementar que, dada a sua extensão, é fornecida em suporte digital, no CD-Rom que acompanha este livro, um importante instrumento de trabalho para quem se dedica ao estudo da reabilitação do património edificado.

A obra agora apresentada "não é um ponto final. É um parágrafo", começou por dizer Filipe Jorge, da Argumentum, a editora que, em colaboração com o GECORPA, traz este livro a público, que o editor considera de "capital importância" e que procura "chamar a atenção para uma realidade cada vez mais premente".

O livro conta com o patrocínio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e tem o apoio da Fundação Luso-Americana.

Paisagem enquanto património

A "*Paisagem é o reflexo físico e mental das interações entre sociedades e culturas e o seu ambiente natural*"¹. Assim, as paisagens humanizadas, em constante alteração, são a expressão de complexas interações Homem – Natureza, mas também obras colectivas, na medida em que resultam de uma acção continuada de múltiplas gerações e, em cada momento, de muitos e variados actores que actuam em simultâneo sobre os mesmos espaços, ou sobre espaços diferenciados mas interdependentes quanto a processos biofísicos, culturais e socio-económicos.



Douro

De facto, pode afirmar-se que as paisagens intensamente transformadas que cobrem neste início do século XXI toda a Europa e uma boa parte do planeta, são a expressão cultural dos seus "constructores" (passados e presentes) e, portanto, são uma marca identitária de enorme relevância. Isso mesmo tem vindo a ser amplamente reconhecido por todo o mundo, nomeadamente através de documentos emanados de diversas entidades internacionais, com destaque para a UNESCO e Conselho da Europa.

Com origem no Conselho da Europa, e desde logo assinado por Portugal (Outubro de 2000), a Convenção Europeia da Paisagem² considera no seu preâmbulo que a paisagem:

"(...) desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;

(...) contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natu-

ral europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia;

(...) é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana; (...) constitui um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua protecção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão; (...)"

Com base nestes e noutros considerandos, a referida Convenção, no seu artigo 3º, traça como objectivo *"(...) promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio."*

Ao contrário dos tradicionais "constructores" das paisagens de tempos passados, que conheciam e compreendiam o meio em que intervinham (ainda se reconhecem estes saberes nos agricultores ou nos mestres pedreiros mais idosos), grande parte dos actuais responsáveis directos ou indirectos por modificações da paisagem não têm conhecimento nem sensibilidade para entender o significado do que vêem e sobre o qual intervem. Em termos mais gerais é o que

VIDA ASSOCIATIVA

O Livro Branco sobre o futuro das empresas europeias do património arquitectónico tem tradução portuguesa



Da esquerda para a direita: Vítor Cóias, Elísio Summavielle, Xavier Greffe

O Palácio Nacional da Ajuda foi o espaço escolhido para acolher o seminário que serviu de base ao lançamento da versão portuguesa do “Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa”, da autoria de Xavier Greffe. A iniciativa, promovida pelo GECORPA e pelo IGESPAR, contou com a participação da AEERPA, Association Européenne des Entreprises de Restauration du Patrimoine Architectural, e da ARESPA, Asociación Española de Empresas de Restauración del Patrimonio Histórico, e reuniu, no dia 20 de Abril, um público numeroso e especialmente interessado em ficar a par das vantagens económicas dos investimentos na conservação dos monumentos e edifícios históricos.

Xavier Greffe, o autor do Livro Branco, é professor de ciências económicas (economia das artes e da cultura) na universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), onde dirige o departamento de economia e de gestão dos produtos culturais; é também perito junto da OCDE e da Comissão Europeia para as questões do desenvolvimento local e do emprego e deslocou-se a Lisboa para falar sobre “As Vantagens Económicas dos Investimentos na Conservação dos Monumentos e Edifícios Históricos”, nomeadamente sobre o papel reservado às empresas.

A edição portuguesa do Livro Branco conta com o patrocínio das empresas Monumenta – Conservação e Restauro do Património Arquitectónico,

Ld.^a e Sociedade de Construções José Moreira, Ld.^a e com o apoio da Sofranda – Empresa de Construção Civil, S. A. e da Somafre – Construções, S. A..

Como refere Vítor Cóias, Presidente da Direcção do GECORPA, no prefácio à edição portuguesa do estudo do Prof. Xavier Greffe, em matéria de conservação do património há boas intenções mas que não têm tido no terreno a sua materialização: “O fim do Plano Operacional da Cultura, gerido pelo IPPAR, os sucessivos cortes no PID-DAC e, a culminar, a extinção anunciada da DGEMN, reduziram as verbas do investimento público na conservação do património arquitectónico a mínimos dificilmente concebíveis há alguns anos atrás”, salienta aquele responsável.

Apesar de ser inquestionável o papel que o património cultural e arquitectónico desempenha para a sociedade e território, cabe aos responsáveis políticos estabelecer as condições para a rentabilização efectiva deste importante activo, ainda que “tal rentabilização tem de ser feita em moldes

sustentáveis, o que pressupõe uma visão de longo prazo”, refere Vítor Cóias no prefácio.

O responsável do GECORPA termina lembrando que “numa altura em que no País se equacionam estratégias para lidar com um futuro incerto, o estudo do Prof. Xavier Greffe vem pôr em evidência o papel decisivo do segmento empresarial da conservação e restauro do património e a necessidade de reagir aos obstáculos que impedem a valorização do seu contributo, senão às ameaças que pesam sobre a sua própria subsistência”. Decisores e agentes envolvidos na definição de estratégias de investimento público, mas também investidores privados e técnicos envolvidos na concepção, planeamento e gestão de intervenções de reabilitação e de conservação do património arquitectónico encontram neste encontro a oportunidade de ouvir várias intervenções que lhes proporcionaram uma visão actual e ao mesmo tempo prospectiva daquilo que pode ser a intervenção e o futuro destes segmentos de mercado.



GECORPA nos média



A Somague associa-se ao GECORPA

A candidatura da Somague Engenharia, S. A. a associada do GECORPA foi apreciada e aprovada pela Direcção no passado dia 1 de Junho e integrada no Grupo III - Execução dos Trabalhos; Empreiteiros e Sub-empreiteiros.

A Somague, fundada em 1947, foi integrada no Grupo Sacyr Vallehermoso em 2003. Em 2007, foi-lhe atribuída a certificação do Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Qualidade e Segurança (SIGAQS).

Tem como actividade principal a prestação de serviços para o sector da



Construção Civil e Obras Públicas. No domínio das construções antigas e do património arquitectónico, destacam-se várias intervenções: a recuperação da fachada e coberturas do Convento de Mafra, a reabilitação urbana no bairro histórico da Mouraria ("Lisboa a Cores"), ou ainda a requalificação do Palácio do Freixo, no Porto, entre outras.

GECORPA

Uma década de actividade

Sem prejuízo do balanço que se impõe fazer do que foram estes 10 anos, a associação prevê um conjunto de iniciativas para assinalar a passagem desta data. Desde logo, a pensar no futuro, foi criado e está a ser distribuído pelas empresas associadas e por algumas escolas um "kit" destinado a motivar os mais novos para a defesa do património: constituem esse "kit" um pequeno manual de educação patrimonial, um boné com a figura do "Osgas" e uma "T-shirt" com a figura do Alex e os dizeres "Não estraguem o meu património".

Tendo em vista assegurar a sustentabilidade do projecto associativo, está já em curso a realização de um projecto PRIME, que envolve um esforço adicional por parte dos associados. Este é um aspecto crucial para a continuidade do GECORPA, que será brevemente objecto de análise numa assembleia geral a convocar para o efeito.

Numa iniciativa do maior interesse está, também, em preparação, em colaboração com a nossa congénere espanhola ARESA, o primeiro



encontro ibérico sobre o património arquitectónico, a realizar de dois em dois anos, alternadamente em Lisboa e Madrid.

Para assinalar a primeira década de actividade da associação foi criado um logótipo alusivo que será utilizado durante o corrente ano.

GECORPA assina protocolo com a Tecninvest



O GECORPA celebrou recentemente um protocolo de prestação de serviços com a Tecninvest, uma empresa de consultoria e investigação em engenharia, economia e gestão, especializada em serviços profissionais que propiciam um apoio efectivo à realização de novos investimentos, ao cumprimento das regulamentações ambiental e de conservação de energia e, ainda, no acesso a programas de apoio ao desenvolvimento empresarial.

A Tecninvest irá disponibilizar os seguintes serviços ao GECORPA e aos seus associados: consultoria na elaboração de candidaturas a fundos públicos, englobando designadamente, incentivos ao investimento, à internacionalização, à inovação, à investigação e desenvolvimento e a outras áreas similares e que estejam ou venham a estar disponíveis a nível local, regional, nacional ou da União Europeia; consultoria de ambiente, energética e licenciamento de instalação ou operação de actividades económicas, nos termos da legislação nacional e comunitária aplicável.

PARTICIPE!

Envie-nos a sua opinião ou comentário para:

Rua Pedro Nunes, n.º 27,

1.º Esq., 1050-170 Lisboa

ou via e-mail para:

info@gecorpa.pt

Quercus terá edifício verde

A Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza, vai reabilitar um edifício antigo de Lisboa, convertendo-o na sua sede nacional. O projecto Edifício Verde, cuja obra teve início em Julho de 2007, deverá estar concluído em Março de 2008 e o seu valor total ronda os 432 mil Euros.

Num documento lançado para apresentar este projecto, a Quercus afirma pretender que "esta nova sede nacional assuma um carácter construtivo que promova intervenções sobre o ambiente, adaptando-a às necessidades de uso, produção e consumo humano sem contribuir para o esgotamento dos recursos, pensando nas gerações vindouras. A construção sustentável faz uso de materiais reutilizáveis, recicláveis, provenientes de fontes renováveis e que possuam um baixo impacto ambiental. Utiliza soluções construtivas adequadas à promoção do bom uso e da economia de recursos finitos (materiais, água e energias não renováveis)".

Com este edifício, a associação quer fazer pedagogia, avançando com "um novo paradigma da construção, que alia a necessidade de um espaço para a organização do seu trabalho a uma construção que minimize o impacto ambiental, provando assim que é possível construir "poupando" no ambiente e consequentemente na economia". A nova sede será também um edifício demonstrativo, com a Quercus a promover visitas na fase de execução da obra e na fase de utilização, procurando assim



"motivar os municípios para a importância do seu papel como agentes do processo de regulação e sensibilização inerente ao sector da construção". Sensibilizar o sector da construção para este novo conceito, informando os munícipes da forma como actuar desde a fase de planeamento à fase de utilização de um edifício e tendo em consideração a redução do impacto ambiental, reconhecendo as iniciativas/políticas

em desenvolvimento no concelho em prol do ambiente.

Com uma área bruta total entre os 800 e os 900m², a nova sede da Quercus vai recorrer à arquitectura sustentável, com o objectivo de garantir a eficiência energética do edifício, bem como a correcta especificação dos materiais, a protecção da paisagem natural, o planeamento territorial e o reaproveitamento de edifícios existentes.

A selecção dos materiais de construção a utilizar neste projecto será considerada com base na avaliação do seu ciclo de vida, desde a origem da matéria-prima, produção, distribuição, utilização e destino final. Atendendo aos critérios ecológicos, os materiais a utilizar deverão ser: renováveis e abundantes, provenientes de diversas fontes naturais e cuja produção tenha impacto ambiental mínimo; não poluentes, que não emitam vapores, partículas ou toxinas nocivas ao ambiente, tanto na produção, como a jusante no seu uso; energeticamente eficientes, de baixa energia incorporada – utilizando pouca energia no seu processo de fabrico, transporte e utilização, preferindo-se sempre materiais de origem local; duráveis, com uma vida útil longa, fáceis de repor e de fácil manutenção; produzidos a preços e condições de trabalho justos e pouco geradores de resíduos, capazes de serem reciclados, de modo a economizar grande quantidade de energia.

APAP organiza colóquio

A Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP) organiza no próximo dia 12 de Outubro, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, o colóquio "Património Paisagístico - Os caminhos da transversalidade".

O evento, que conta com o apoio institucional das entidades nacionais IGESPAR, ICNB, IMC e ainda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tem no seu programa quatro painéis distintos, sobre os temas "Paisagens Protegidas", "Paisagens Culturais", Paisagens Urbanas e "Quintas, Parques e Jardins Históricos".

O objectivo da organização é "fundamentar critérios sustentáveis de intervenção na paisagem portuguesa, através da publicação das actas do colóquio".

Os responsáveis da APAP consideram que "a paisagem constitui um património histórico ambiental e cultural, onde está registada a história da sua própria evolução natural e transformação exógena".

Este colóquio surgiu de uma iniciativa da APAP junto das entidades oficiais ligadas ao património paisagístico e a publicação das actas resultantes das várias áreas de debate deve conter "referências enquadradoras de mecanismos sustentáveis de actuação" no campo da salvaguarda do património paisagístico.

Data:

12 de Outubro de 2007

Local:

Sala D. Carlos,
Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa



Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas

25 Anos

**Projecto, Gestão e Fiscalização de Obras
Coordenação de Segurança e
Acompanhamento Ambiental**

Edifício Campo Grande 28, 12º andar, Salas B e C 1700-093 Lisboa
Tel. 21 796 32 14 Fax. 21 796 30 46 , email; geral@pengest

Geota propõe corredores verdes

Um corredor verde é um *continuum* que é facilmente utilizado por peões, ciclistas, *skaters*, etc. e que pressupõe a valorização do património natural e cultural em espaço eminentemente urbano.

O GEOTA propôs a criação de dois corredores verdes, aproveitando a estrutura ecológica da cidade de Lisboa, a saber:

- da Mata de Alvalade ao Tejo – potenciando o Parque da Bela Vista, o vale de Chelas (um território de oportunidade e ameaças, onde existem usos tradicionais como as hor-

tas) e a antiga zona industrial de Chelas, área interessante em termos patrimoniais;

- Belém – Trancão – tirando partido da magnífica zona ribeirinha, passando por interessantes áreas patrimoniais (incluindo a Baixa Pombalina) e sempre junto ao estuário do Tejo. Este corredor apresenta a grande vantagem de se desenvolver em terreno plano.

Em 2005, o GEOTA promoveu um passeio de bicicleta ao longo da frente ribeirinha tendo juntado cerca de 250 pessoas. Em 2006, o



GEOTA reuniu já cerca de 700 pessoas. Este ano, a 15 de Setembro, iremos desenvolver acção semelhante.

Estes corredores, para além da importante função de lazer, podem também desempenhar um papel relevante em termos de mobilidade, ao criar uma rede de pistas cicláveis, como meio de deslocação saudável e de emissão zero de carbono.

O Peneireiro-das-torres e o património histórico O passado e o futuro

Quem visita a Vila de Mértola em plena Primavera, pode deparar-se com um pequeno falcão de tons acastanhados a entrar e sair das cavidades existentes nas muralhas que outrora defenderam esta vila histórica. Contemplar tal cenário em Portugal nos dias de hoje já só é possível nesta povoação alentejana mas, na década de 40, o Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) era um dos principais inquilinos das muralhas, conventos e castelos de diversas localidades portuguesas, como Évora, Portalegre, Vila Viçosa ou Castro Marim. Tão abundante como as andorinhas, esta ave começou a desaparecer das nossas vilas e cidades a partir da segunda metade do século XX, devido, em grande parte, à recuperação do património histórico que não preservou espaços para estes habitantes tão especiais. Foi o que aconteceu na recuperação do Castelo de Castro Marim



Nuno Lecoq

Espécime de Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*)

durante a década de 1980. Em 2001, a população portuguesa desta espécie não chegava aos 300 casais e concentrava-se sobretudo no Baixo Alentejo. Para tentar recuperar este falcão mundialmente ameaçado, a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) implementou, entre 2002 e 2006, o Projecto Peneireiro-das-torres, co-financiado pelo Programa LIFE-Natureza da União Europeia. As acções desenvolvidas, que envolveram a melhoria e o aumento de locais de nidificação, a gestão das áreas de caça, a investigação científica e a sensibi-

lização ambiental, possibilitaram o aumento do efectivo populacional em 54 por cento. Hoje existem cerca de 450 casais, a maioria concentrada nas planícies da região de Castro Verde, onde utilizam as casas dos montes alentejanos. Mas quem sabe se não podemos voltar a ver o Peneireiro-das-torres a encher de vida os monumentos das nossas vilas e cidades? Se conciliarmos a conservação do património histórico com a protecção dos ninhos destas aves podemos consegui-lo. Em Espanha, os Peneireiros-das-torres continuam presentes em diversas cidades e vilas, dando mais vida aos centros históricos onde aproveitam as torres das igrejas ou dos castelos. Basta ver os exemplos de Trujillo, Sevilha e Toledo.

INÊS HENRIQUES,
Liga para a Protecção da Natureza

A **leb** tem como principal actividade a Consultoria na Área do Desempenho das Construções tanto para as edificações mais recentes, em betão armado, aço e madeira, como para as mais antigas, estruturadas a partir de paredes compostas pelos mais diferentes tipos de alvenarias.

A análise da **leb** passa por **conhecer** as estruturas, **perceber** o seu comportamento e bem **interpretá-las**, para então **aconselhar** as medidas a adoptar para as **preservar**, contribuindo para a promoção da **reabilitação** e da **manutenção** do património edificado.



LEB - Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, L.^{da}
 Edifício Cascais Office, piso 1 - sala F, 2645-091 Alcabideche
 Telf. 21.033.11.25; Fax: 21.033.11.27
 info@leb.pt www.leb.pt

O último paraíso

Hoje temos a sensação de viver um ponto de viragem histórica em questões de ambiente. Um novo enfoque reflecte a mentalidade da primeira geração *Greenpeace* e nos anos oitenta a política ambientalista lança a cruzada pela Ria Formosa, já num contexto de defesa do património. O ambiente como "pertença de todos" salta do capítulo dos *prazeres bucólicos* para a ribalta da agenda internacional, com Al Gore a reforçar esta ideia em www.theclimateproject.org.

No universo da *Net*, iniciamos com o site *ABC do Ambiente*, www.abcdo-ambiente.com, onde encontramos uma extensa lista de entidades ligadas ao tema. A sociedade civil já se organizou, preparando soluções para o futuro e é encorajador visitar sites como o da Associação Portuguesa de Engenharia Natural, www.apena.pt ou da Associação Portuguesa de Energias Renováveis, www.apren.pt.

Subsistem, no entanto, sinais perturbadores que reflectem a atitude e as políticas neste domínio. Enquanto lá por fora a *Havelland Solar* (www.havelland-solar.de) anuncia a revolução fotovoltaica acessível a todos, com vendas *on-line*, por cá a Câmara Municipal de Lisboa lançou o programa "Jardins Digitais" (jardinsdigitais.cm-lisboa.pt) que "...consiste em disponibilizar, em jardins, miradouros e outros espaços públicos da cidade de Lisboa, acesso público e profissional à Internet com recurso a tecnologias *Wireless*". Por várias razões interrogo-me sobre a eficácia desta medida. A última vez que me sentei num banco do Jardim da Estrela (um dos pontos *wireless* deste programa) ia ficando sem o telemóvel.


A dificuldade na defesa do património ambiental passa por coordenar uma multiplicidade de organismos e mentalidades. Por exemplo: de acordo com a informação disponibilizada no site do INAG (



nag.pt), as obras de reparação das estruturas de defesa costeira da Costa da Caparica "visam contribuir para a estabilização de um trecho da costa de grande interesse balnear e com uma frente urbana edificada susceptível de ser atingida pelas acções directas e indirectas do mar." Mas na habitual contradição de perspectivas entre o poder institucional e local, em comunicado deste mês, o GEOTA (www.geota.pt) "exige que sejam conhecidas as razões que motivam mega investimentos que se destinam alegadamente a promover a estabilização da linha de costa actual em S. João da Caparica (através do reforço dos esporões e do enchimento artificial das praias com areias dragadas em off-shore)" alertando para que "a reconversão urbanística de 123 hectares, incluindo a construção de unidades hoteleiras e campo de golfe (Urbanizadora Costa do Sol), pode estar na base da justificação de uma obra de "engenharia pesada" com custos estimados pelo INAG na ordem dos 15 milhões de Euros."

De regresso ao Sul, se tiver curiosidade em conhecer Tavira, cidade ícone da Ria Formosa, ficará esclare-

cido quanto ao "auspicioso" futuro que a aguarda. O Instituto da Conservação da Natureza (portal.icn.pt) faz saber que fechou o período de Discussão Pública do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa e os investidores locais, com uma indiferença desarmante, promovem moradias em banda nessa zona. No que resta de um portal manuelino, um cartaz com uma fotomontagem grosseira dá a conhecer o mamarracho urbanístico a edificar brevemente nas margens da Ria Formosa, sob o título elucidativo: "O ÚLTIMO PARAÍSO". É preciso ter lata! Se fosse "O Penúltimo Paraíso", ainda vá, mas anunciar que vão triunfalmente arrasar "O último"?! No site da Quercus (www.quercus.pt) pode denunciar-se situações como esta mas nem vou aqui descrever o "nó Górdio" que é o procedimento aconselhado: simplesmente não é praticável. Em alternativa pode confortar-se com o Programa de adopção de um casal de Peneireiros das Torres, promovido pela Liga para a Protecção da Natureza (www.lpn.pt) ou então arrefecer as ideias adquirindo um "Boné ventilado a energia solar" em www.fff solar.com, último grito em soluções amigas do ambiente.

Termino com a recomendação de dois sites a não perder: o www.wave-energy-centre.org, para quem se interesse pelas verdadeiras energias alternativas SUSTENTÁVEIS (e não me refiro a energia atómica ou "Bio"diesel) e o site do Monte da Lua (www.parquesdesintra.pt), onde, e deixo as boas notícias para o fim, somos informados que futuramente poderemos voltar a visitar o inestimável Chalet da Condessa D'Edla, destruído por um incêndio em 1998 mas já com recuperação prevista. 

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto

NOVIDADES

**Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos - Técnicas Pouco Intrusivas**

Autor: Vítor Cóias

O presente livro foi feito a pensar nos engenheiros, arquitectos e outros profissionais do sector da construção envolvidos em intervenções de reabilitação de edifícios antigos. O objectivo é colocar à disposição desses técnicos um conjunto de conhecimentos destinados a facilitar a aquisição, concepção, projecto e fiscalização dessas intervenções, particularmente das que são ditadas por considerações estruturais. A ênfase é posta na abordagem pouco intrusiva, isto é, aquela que visa permitir que as obras se façam com o mínimo de alteração do modelo construtivo e estrutural original. Para além dos benefícios em termos da preservação da autenticidade e da integridade tecnológica dos edifícios - particularmente relevante naqueles que constituem património arquitectónico - esta abordagem conduz, também, a uma redução dos recursos materiais necessários e a uma minimização do impacto da obra quer sobre o ambiente urbano (menor alteração da textura urbana, menos escavações, menos transporte de materiais) quer sobre o ambiente natural (menos materiais extraídos, menor gasto de energia, menor produção de entulhos).

Ao longo de seis anexos põe-se à disposição do leitor e utente um vasto conjunto de informação complementar: um glossário dos termos utilizados em reabilitação, exemplos de cálculos de verificação estrutural, cartas, declarações e outros textos relevantes para esta área, uma proposta de sistema de classificação das empresas executantes das intervenções, condições técnicas especiais para os cadernos de encargos e fichas com características dos materiais utilizados na reabilitação. Dada a sua extensão, quatro destes seis anexos são fornecidos em suporte digital, no CD que acompanha este livro.

Edição: GECORPA / Argumentum

Preço: € 45,00 - 10 % desconto - € 40,50

Código: GE.M.2

**Seminário "Reabilitação de Construções: em que ponto estamos?"**

Autor: Vários Autores

Em Portugal, a importância do segmento da Reabilitação no sector da Construção tem sido manifestamente modesta, inferior à média europeia. Contudo, o estado em que se encontra uma parte significativa dos edifícios (com valor muito diversificado enquanto património arquitectónico) obriga a intervenções urgentes e profundas, a desenvolver nos próximos anos, para lá da simples cosmética de fachada. Esta oportunidade, imperdível para o País, é da máxima importância para os Actores da Construção, num horizonte temporal

em que a Construção Nova se encontra em declínio. O GECORPA, a APFAC e a Exponor organizaram este Seminário no âmbito da Concreta 2006, pretendendo dar ênfase, através de casos exemplares, à Reabilitação e ao papel das Argamassas Fabris. A edição das comunicações encontra-se agora disponível na Livraria Virtual, impressa e em CD.

Edição: GECORPA

Preço: € 20,00

Código: GE.CDR.5 / GE.CO.1

**Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem**

Autor: Leonel Fadigas

O ambiente é uma condição essencial do ordenamento sustentável do território e da paisagem e fundamento das estratégias, metodologias e processos que o tornam possível. Nomeadamente quanto à gestão racional de recursos e à compatibilização ambiental dos usos do solo previstos nos diferentes instrumentos de planeamento territorial e urbanístico.

O território é um recurso e um suporte de vida, em equilíbrio mas também em mudança, cujo ordenamento constitui um processo articulado de organizar os habitats humanos, tendo em conta os três pilares fundamentais em que assenta: ambiente, sociedade e economia.

A presente obra tem a sua origem nos textos de apoio às aulas de Ambiente e Ordenamento das licenciaturas em Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial e em Arquitectura da Gestão Urbanística da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. A sua publicação, num contexto mais vasto, é um contributo para o alargamento do debate e reflexão sobre questões

que, pela sua importância para o nosso futuro comum, são assuntos de cidadania e, por isso, não podem ficar circunscritos ao universo académico.

Edição: Edições Sílabo

Preço: € 15,00

Código: SIL.E.1

Outros títulos à venda
na Livraria GECORPA**Manual de Segurança - Construção, Conservação e Restauro de Edifícios**

Autor: Abel Pinto

Edição: Edições Sílabo

Preço: € 29,90

Código: SIL.M.1

Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa

Autor: Xavier Greffe

Edição: GECORPA

Preço: € 12,00

Código: GEE.1

Manual de Educação em Património Arquitectónico

Autores: Vítor Cóias, Catarina Valença Gonçalves (texto); João Carlos Farinha, Marcos Oliveira (ilustrações)

Edição: GECORPA

Preço: € 10,00

Código: GE.M.1

Vitrúvio. Tratado de Arquitectura

Autor: M. Justino Maciel (Tradução do latim, introdução e notas)

Edição: IST Press

Preço: Edição normal - € 30,00

/ Edição especial - € 60,00

Código: IST.DOC.1 /

IST.DOC.2

CD-Rom: Actas do Encontro "Em defesa do Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de Construir"

Autor: Vários Autores

Edição: GECORPA

Preço: € 25,00

Código: GE.CDR.4

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt

LIVRARIA



CD-ROM *Pedra & Cal* 5 Anos (1998 - 2003)

Assinatura anual da *Pedra & Cal*



N.º 30, Abril/Maio/Jun. 2006
Preço: € 4,48
Código: P&C.30



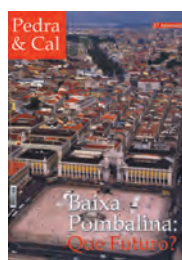
N.º 31, Jul/Ago/Set. 2006
Preço: € 4,48
Código: P&C.31



N.º 32, Out/Nov/Dez. 2006
Preço: € 4,48
Código: P&C.32



N.º 33, Jan/Fev/Mar. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.33



N.º 11, Julho/Ago/Set. 2001
Preço: € 4,48
Código: P&C.11



N.º 17, Jan/Fev/Mar. 2003
Preço: € 4,48
Código: P&C.17



N.º 19, Julho/Ago/Set. 2003
Preço: € 4,48
Código: P&C.19



N.º 23, Julho/Ago/Set. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.23

Promoção de 4 números da *Pedra & Cal* à sua escolha

Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 13 da *Pedra & Cal* encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM *Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)*, à venda na Livraria GECORPA. Os números 25, 26 e 27 estão de momento indisponíveis.

Nota de Encomenda					
Nome		Endereço			
Código Postal	Localidade	Telefone	Fax		
N.º Contribuinte		E-mail			
Associado do GECORPA (10% de desconto) <input type="checkbox"/>		Actividade / Profissão			
Assinante da <i>Pedra & Cal</i> (10% de desconto) <input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/> CD-ROM <i>Pedra & Cal, 5 anos - (1998 - 2003)</i> , pelo preço de € 35,00, acrescendo € 1,20 de portes de envio.					
<input type="checkbox"/> Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio.					
<input type="checkbox"/> 4 números à escolha da P&C pelo preço de € 3,50 cada, acrescendo € 3,64 de portes de envio. Envie-me os números <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>					
Código	Título	Preço Unitário	Desconto (%)	Quantidade	Valor (*)
Total:					euros
Junto cheque n.º		sobre o Banco		no valor de _____ euros, à ordem do GECORPA	
Data		Assinatura			
<small>(*) Os descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números já publicados. (**) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70. Quanto aos números da <i>Pedra & Cal</i> já publicados, os portes de correio fixam-se em € 1,20. Para mais informações, consulte as Condições de Venda na Livraria Virtual. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem do GECORPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para GECORPA, Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º 1050-170 Lisboa.</small>					

Consulte a Livraria Virtual do GECORPA em
www.gecorpa.pt
onde poderá encontrar estes e outros livros

GRUPO I

Projecto,
fiscalização
e consultoria



A. da Costa Lima, Fernando Ho, Francisco Lobo e Pedro Araújo - Arquitectos Associados, Lda.^a
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Estudos especiais



Betar - Estudos e Projectos de Estabilidade, Lda.^a
Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



O futuro em perspectiva segura.

LEB - Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Lda.^a
Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



MC arquitectos lda

MC Arquitectos, Lda.^a
Projectos de arquitectura. Levantamentos, estudos e diagnóstico.



PENGEST - Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, Consultadoria e Fiscalização.

GRUPO II

Levantamentos,
inspecções
e ensaios



ERA - Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.
Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.



OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda.^a
Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros



A. Ludgero Castro, Lda.^a
Consolidação estrutural. Construção e reabilitação de edifícios. Conservação e restauro de bens artísticos e artes decorativas: estuques, talha, azulejaria, douramentos e policromias murais.



Alfredo & Carvalhido, Lda.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.^a
Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



Amador - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.^a
Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.



Antero Santos & Santos, Lda.^a
Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda.^a
Conservação reabilitação de edifícios. Cantarias e alvenarias. Pinturas. Carpintarias.



BEL - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A.
Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



Azenhas do Mar



Serra da Arrábida

se passa com grande parte da população, verificando-se que os seus comportamentos relativamente à paisagem continuam dependentes da sua experiência pessoal neste âmbito (frequentemente muito limitada), bem como de escassas perspectivas para o futuro (peso excessivo dos seus interesses imediatos e das circunstâncias de momento). Estas atitudes são comprovadas no dia-a-dia através dos erros cometidos (e a que todos assistimos sem reagir), demonstrando um profundo desconhecimento do complexo sistema que é a paisagem.

A falta de sensibilidade e de envolvimento do comum dos cidadãos reflecte-se obviamente sobre a paisagem, porque esta é o repositório de actuações de muitos intervenientes que abarcam todos os sectores de actividade, segundo uma dinâmica extraordinariamente complexa nos dias de hoje. No nosso país assiste-se a uma situação particular, uma vez que de entre este grande número de intervenientes, é difícil identificar alguém ou alguma entidade que cuide da paisagem – a ninguém se pedem responsabilidades sobre os graves erros cometidos e de que resultam elevadíssimos custos sociais, ambientais e culturais.

A componente patrimonial da paisagem é implicitamente reconhecida na legislação portuguesa relativa ao ambiente e ordenamento do território³,

bem como na Lei de Bases do Património⁴. Cingindo-nos a esta última, há que reconhecer que não considera explicitamente a paisagem como um "bem cultural", embora admita indirectamente que tal possa acontecer. Assim, no artigo 2º - "Conceito e âmbito do património cultural" – aplica-se claramente a algumas paisagens o conteúdo dos seguintes pontos:

"1 – Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. (...)

3 – O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. (...)

5 – Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 – Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma

relação interpretativa e informativa."

Também no artigo 14º - "Bens culturais" – se subentende que aos "bens paisagísticos", embora não considerados como "bens culturais", são extensíveis os princípios e disposições fundamentais da presente lei.

Através dos números 7 e 8 do artigo 15º - "Categorias dos bens" – reconhece-se indirectamente como de interesse nacional a categoria de "Paisagem Cultural" (Sintra, Douro Vinhateiro e Vinhas do Pico já incluídas na lista do património mundial).

A paisagem é ainda referida com relativa importância em outros artigos desta Lei do Património Cultural, mas como "exterior" aos bens culturais – artigo 12º (defesa da qualidade ambiental e paisagística como uma das finalidades da protecção e valorização do património cultural); artigo 17º (concepção paisagística como um dos critérios genéricos de apreciação do património); artigo 44º (património cultural imóvel como potenciador da qualidade ambiental e paisagística); artigo 52º (importância do enquadramento paisagístico dos monumentos); artigo 53º (linhas estratégicas de requalificação paisagística que devem constar nos planos de pormenor de salvaguarda); artigo 70º (a protecção e valorização da paisagem como componente do regime de valorização dos bens culturais).

Em síntese, no que diz respeito à

ASSOCIADOS GECORPA



Brera – Sociedade de Construções e Representações, Ld.^a
Construção, conservação, reabilitação de edifícios.



Construções Borges & Cantante, Lda

Construções Borges & Cantante, Ld.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação de construções antigas.



COPC – Construção Civil, Ld.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação estrutural.



Cruzeta – Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.^a
Conservação e reabilitação de construções antigas. Limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.



CVF – Construtora de Vila Franca, Ld.^a
Conservação de rebocos e estuques.
Consolidação estrutural.
Carpintarias. Reparação de coberturas.



Edifer Reabilitação, S. A.
Construção, conservação e reabilitação de edifícios.



GECOLIX – Gabinete de Estudos e Construções, Ld.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico.
Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.
Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



L.N. Ribeiro Construções, Ld.^a
Construção e reabilitação.
Construção para venda.



MIU – Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios.
Conservação e reabilitação de património arquitectónico.
Conservação de rebocos e estuques e pinturas.



Monumenta – Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a
Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural.
Conservação de cantarias e alvenarias.



NaEsteira – Sociedade de Urbanização e Construções, Ld.^a
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



PolioBRA – Construções Cíveis, Ld.^a
Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre – Construções, S. A.
Construção de edifícios.
Reabilitação. Consolidação estrutural.



Sociedade de Construções José Moreira, Ld.^a
Execução de trabalhos especializados na área do património construído e instalações especiais.



Sofranda – Empresa de Construção Civil, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



Somafre – Construções, Ld.^a
Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



Somague – Engenharia S. A.
Serviço de Engenharia Global – Obras Públicas e Construção Civil



STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.
Reabilitação de estruturas de betão.
Consolidação de fundações.
Consolidação estrutural.



Tecnasol FGE – Fundações e Geotecnia, S. A.
Fundações e Geotecnia. Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.

GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais

blau

BLAU – Comércio de Produtos e Serviços para Construção Civil, Ld.^a
Distribuição de produtos e materiais vocacionados para o Património Arquitectónico e Construções Antigas.

Onduline
ROOF SYSTEMS
SUB-TELHA + PAINEL SANDWICH

ONDULINE – Materiais de Construção, S. A.
Produção e comercialização de materiais para construção .

Robbialac

Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Lda.

Tecnocrete – Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Ld.^a
Produção e comercialização de materiais para a reabilitação.

Para mais informações acerca dos associados GECORPA, das suas actividades e dos seus contactos, visite a rubrica “associados” no nosso site www.gecorpa.pt

Traga um Novo Associado!



10
1997
2007
anos
G.E.Co.R.P.A.



A representatividade e a actuação do GECORPA assenta nos seus Associados.

Não basta que sejamos bons, é preciso que sejamos muitos!

O GECORPA pretende agregar empresas de conservação, restauro e reabilitação do património construído. Não só da construção, mas também do projecto, consultoria, instalações especiais...

Associe-se ao GECORPA, ou, no caso de já pertencer ao nosso Grémio, traga um novo associado e contribua para o fortalecimento desta associação empresarial.

Tel.: 213 542 336

Fax: 213 157 996

www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Pela Excelência na Conservação e na Reabilitação do Património Construído

A propósito do sucesso da trienal de Arquitectura

Um desafio

A 1.^a Trienal de Lisboa, iniciativa de divulgação cultural levada a cabo com rasgo e ambição inéditas entre nós no campo da Arquitectura e do Urbanismo, inundando as páginas de jornais e revistas, levou a opinião pública a conhecer o que de melhor – e é muito – se tem feito entre nós nestes domínios. E também algo do que se poderá fazer. Estruturada por temas, acompanhada por conferências e apresentada em locais emblemáticos, assumiu-se como um dos acontecimentos maiores do ano no campo da cultura.

Perante este êxito, uma questão apeete colocar: porque não fazer algo de idêntico no que respeita às intervenções recentes no património edificado – que são também arquitectura e, em muitos casos, da melhor que se tem feito entre nós nos anos mais recentes? Com a sua comprovada experiência, com a responsabilidade que lhe advém de representar um sector que tem dado provas de valia na concretização de projectos de elevado merecimento, porque não o GECORPA, com a colaboração da Ordem dos Arquitectos, meter ombros a tal iniciativa, para demonstrar que a excelência não se confina às construções de raiz?

Longe vão os tempos em que a DGEMN se empenhou zelosamente na "reintegração na traça primitiva" dos nossos monumentos nacionais, salvando a muitos da ruína, mas caindo por vezes em excessos de purismo que sacrificaram valiosos testemunhos patrimoniais. Hoje, a visão é mais ampla, sem deixar de ser rigorosa, e apoiada em convenções internacionais. Trata-se, muitas vezes, não só de preservar a herança, mas de a adaptar a novos usos e exigências. E os exemplos, entre nós, são já numerosos, envolvendo edifícios públicos



Remodelação do Rossio

e particulares, e estendendo-se a todo o país. Todavia, não se lhes tem dado a importância que merecem, conjugando a preservação, ou até o resgate da pré-existência, com a qualidade do que lhe é acrescentado, como expressão da contemporaneidade.

Não é possível, no quadro destas linhas, fazer um inventário dessas intervenções. Mas como não lembrar algumas pousadas, como as de Arraiolos, Flor da Rosa ou Bouro? E a qualificação de museus, como o Grão-Vasco, o Municipal de Almada, o Centro de Artes Visuais de Coimbra e o de Angra do Heroísmo? E centros culturais, como os de Vila Flor e de Couros, em Guimarães, a Casa da Cerca em Almada e o de Cascais? E teatros, como o Faialense, o de Braga, o Micaelense e o S. Luís e Taborda em Lisboa? E ainda edifícios emblemáticos, como a Cadeia da Re-

lação, o Palácio do Freixo e a Alfândega, no Porto, o Palácio da Pena, o Pestana Palace e a estação do Rossio?

Além de dezenas de outros, mais modestos, que se têm multiplicado pelo País, como a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Telheiras. E até palácios da antiga aristocracia, como o de Porto Covo, em Lisboa, requalificado e reutilizado por uma empresa seguradora. E conventos, como o de Santa Clara, no Porto? E ainda a adaptação para o Ensino Superior, público e privado, de dezenas de edifícios, de Norte a Sul, como a Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e a exemplar reconversão do património industrial da Covilhã? E até castelos medievais revitalizados, como os de Óbidos, Montemor-o-Velho e Portalegre – este no âmbito do Programa POLIS, cujo sucesso é bem patente na extraordinária reconversão do convento de S. Sebastião.

E, já agora, porque não referir a exemplar e inédita reconstrução dos Paços do Concelho de Lisboa, que foi muito para além da reparação dos danos do incêndio? E as recentes reconversões para multi-usos das praças de touros de Lisboa, Elvas, Évora e Angra do Heroísmo?

Num quadro em que a reabilitação urbana está finalmente na ordem-do-dia, depois de décadas e décadas de desatenção e incúria, a exposição sugerida revelaria à opinião pública, e até aos profissionais, um conjunto de realizações que surpreenderia pela quantidade e pela qualidade, afirmando-se como valores a cultivar e enaltecer no campo da arquitectura e da construção.

Aqui fica, pois, o desafio. Pedra & Cal

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto

Património Arquitectónico e Construções Antigas. Só.



*Sendo o património obra
dos antigos construtores,
são os construtores de hoje,
organizados em empresas
devidamente estruturadas,
quem está melhor posicionado
para realizar, em obra,
as intervenções necessárias
para a sua conservação
e restauro.*

*Estas actividades não podem,
no entanto, ser abordadas
pelos métodos actualmente
vulgarizados da Construção
Civil e Obras Públicas, antes
fazem apelo a um conjunto
específico de disciplinas
e a uma postura
substancialmente diferente,
envolvendo maior contenção,
rigor e responsabilidade.*

Declaração de princípios
do **GECORPA**,
Janeiro de 1998

Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

Alvará de Construção N.º 28883

Rua Pedro Nunes, 27 - 1.º Dto. • 1050-170 Lisboa • Tel.: 213 593 361 • Fax: 213 153 659
info@monumenta.pt • www.monumenta.pt



Legenda (de cima para baixo):
Fachada da Igreja de Brotas após
intervenção;
Aplicação da técnica de *facing*
no conjunto azulejar de
revestimento da Igreja de Brotas;
Pormenor do embrechamento
de pedra vulcânica e quartzito
das "Portas de Coimbra", Buçaco;
Reforço de coberturas de madeira
do mercado da Mina de São
Domingos;
Recuperação e manutenção
da Ponte de Vila Formosa.

GRUPO



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

1. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
2. EMBAIXADA DA SUIÇA
3. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
5. EDIFÍCIO DE COMÉRCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
6. CAPELA NA BASE AÉREA Nº1 - SINTRA
7. EMBAIXADA DA ALEMANHA
8. EPCOS COPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
9. MERCEDES-BENZ - SINTRA



Somafre Construções, Lda.

Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C, Escritório 6, 1600-503 Lisboa

Telf: 217112370 Fax: 217112389 email: mail@somafre.pt www.somafre.pt

10 bons motivos para a sua empresa se associar ao GECORPA

1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

3 PUBLICAÇÕES

Revista *Pedra & Cal*. Desconto nas publicações vendidas na *Livraria Virtual* (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista *Pedra & Cal*, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal*. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de *merchandising*.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.



GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico www.gecorpa.pt

6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego *on-line* dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.





Açores, Terceira, Achada

dimensão patrimonial de paisagens, a lei portuguesa reconhece-a indiretamente, embora só tenha tomado a iniciativa de proceder à classificação de paisagens culturais ao propor e ver aceite a inclusão de três delas na lista do património mundial. No entanto, há que reconhecer que tal classificação constitui apenas o início de um processo que, para ser consequente, terá de passar por medidas de gestão que protejam e valorizem o património natural e cultural presente. Esta continuidade em termos de gestão positiva e equilibrada será o mais difícil de assegurar, tal como se comprova nos casos das paisagens culturais de Sintra, do Alto Douro Vinhateiro e da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Muito haverá a fazer neste campo, porque existem no país outras paisagens de reconhecido valor cultural relevante, pelo menos em termos nacionais e de acordo com os critérios legais acima referidos. Tais paisagens merecem e exigem medidas de protecção e valorização, até porque as dinâmicas recentes de alteração dos sis-

temas agrícolas e florestais, de construção de infra-estruturas, de expansão das actividades turísticas, de exploração de inertes, de expansão urbana e industrial, entre outras, constituem ameaças objectivas ao seu valor cultural, ecológico, estético e socio-económico.

Para a maioria dos casos não se defende para as paisagens culturais uma protecção restritiva de qualquer tipo de evolução. Pelo contrário, a sua identificação e caracterização⁵ permitirá compreender a complexidade do sistema natura-cultura presente e da sua evolução ao longo dos tempos, donde deverão resultar propostas de ordenamento e gestão que preservem os seus valores, ao mesmo tempo que asseguram a sua sustentabilidade sócio-económica, ecológica e cultural.

O ordenamento e gestão das nossas paisagens culturais deverão ter em atenção as normas legais nacionais (que incluem as convenções internacionais que vinculam o Estado Português) mas, também, outros documentos internacionais que enqua-

dram e orientam as actuações neste âmbito. Quanto a estes últimos são de destacar a Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO 1972⁶), bem como as "*Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial*" (Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Paris, 1998, com realce para os parágrafos 24, 35 a 42 e 57), Recomendação do Comité dos Ministros aos Estados membros relativa à Conservação dos Sítios Culturais integrados nas Políticas de Paisagem (Conselho da Europa, 1995), Recomendação 94/7 relativa a uma Política Geral de Desenvolvimento de um Turismo Sustentável e tendo em consideração o Ambiente (Conselho da Europa, 1994), Carta do Património Vernáculo Construído (ICOMOS, 1998)⁷.

NOTAS

⁽¹⁾ Fry, G., s/d. The Landscape Character of Norway – Landscape Values Today and Tomorrow. In "Landscape – Our Home. Essays on the Culture of the European Landscape as a Task", Bas Pedrolí (ed.): 93-99.

⁽²⁾ Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro.

⁽³⁾ Nomeadamente através do Decreto-lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro e posteriores alterações (Áreas Protegidas).

⁽⁴⁾ Lei n.º 107/2001, de 10 de Setembro.

⁽⁵⁾ Existem no país trabalhos notáveis nesta área, podendo referir-se como exemplos:

Fundação Rei Afonso Henriques, 2000. Candidatura do Alto Douro Vinhateiro para inscrição na lista do Património Mundial (UNESCO).

Marques da Silva, H. e Carqueijeiro, E. (coord.) et al., 2004. Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Candidatura a Património Mundial. Secretaria Regional do Ambiente, Horta.

Mendoça, N., 2006. Rio Côa. A Arte da Água e da Pedra. Volume I – Da Nascente ao Moinho da Ervaghina. Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

⁽⁶⁾ Convenção aprovada para ratificação através do Decreto-lei n.º 49/79, de 6 de Junho.

⁽⁷⁾ Veja-se Feliú, Carmen A., Blanco, J. R. et al., 2001. Cultura y Naturaleza. Textos Internacionales. Asociación Cultural Plaza Porticada, Santander.

ALEXANDRE D'OREY CANCELA
D'ABREU,
Arquitecto Paisagista,
Universidade de Évora

Reabilitação Energética dos Edifícios

Por melhores que sejam as tecnologias para conceber edifícios novos “amigos do ambiente”, não é possível continuar a construir indefinidamente, ... é indispensável e urgente reduzir os impactos ambientais dos edifícios existentes através da sua reabilitação energética.



Fig. 1 - Degradação do revestimento da fachada



Fig. 2 - Degradação acentuada da estrutura em madeira da cobertura



Fig. 3 - Pormenor de instalações eléctricas novas num edifício antigo

ENQUADRAMENTO

Nas últimas décadas, o desenvolvimento económico mundial tem conduzido a uma utilização intensa de energia produzida a partir de recursos de origem fóssil (carvão, petróleo, gás natural, etc.). O carácter não renovável desses recursos, a vulnerabilidade das instalações para a sua exploração, processamento e distribuição e o impacto ambiental da sua produção e consumo, apontam a necessidade de mudança de modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, surgiu, no final do século XX, o conceito de *desenvolvimento sustentável*, em resultado do reconhecimento de que o desenvolvimento económico tem que levar em conta o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações.

Portugal está longe de se tornar num exemplo de desenvolvimento sustentável. Apesar de ser um país com reduzidos recursos, nomeadamente energéticos, é um dos países da União Europeia que utiliza de forma menos eficiente e racional a energia, na sua maior parte proveniente de fontes não renováveis, originando, por isso, a emissão desproporcionada de gases de efeito estufa (GEE).

A situação de Portugal no plano energético é, neste momento, caracterizada por uma forte dependência do exterior e de fontes de energia não renováveis: 85 por cento de dependência externa no aprovisionamento energético; 60 por cento de dependência do petróleo; mais de 60 por cento de electricidade consumida de origem fóssil.

Dada a tendência ascendente do

preço do petróleo ao longo dos sucessivos "choques", e dos custos associados às emissões de CO₂, o peso dos encargos com a energia nos orçamentos das famílias e das empresas tende a aumentar rapidamente.

CONTRIBUTO DOS EDIFÍCIOS

A construção de edifícios é um dos sectores da economia com grande impacto negativo sobre o ambiente. No entanto, se é grande o impacto da construção de edifícios, é maior ainda o impacto durante a sua exploração ou utilização ao longo dos anos, sobretudo em termos do consumo de energia. Este impacto é agravado pelas deficiências de origem e pela obsolescência dos edifícios e das suas instalações e sistemas (figs. 1 a 3)¹.

A situação em Portugal no que res-

peita ao contributo dos edifícios para a situação energética é, globalmente, já bem conhecida: 28 por cento da energia final e 60 por cento da energia eléctrica consumida nos edifícios². Embora as condições climáticas sejam em Portugal relativamente favoráveis, a parcela da energia consumida nos edifícios é muito significativa (fig. 4). Apresenta, além disso, um rápido crescimento devido ao aumento das exigências de conforto por parte dos utentes.

INVERTENDO

A TENDÊNCIA ACTUAL

Existem três vias principais (fig. 5) de conseguir o objectivo de reduzir os consumos de energia nos edifícios, em particular, a de origem fóssil, como acontece, de resto, noutros sectores: evitar os consumos supérfluos (sobriedade), aumentar a eficiência energética (menos kWh/unidade de PIB ou por habitante) e aumentar a parcela correspondente às energias renováveis. As três vias terão de ser seguidas simultaneamente, se se pretender conseguir efeitos em tempo útil.

Sobriedade

Suprimir os desperdícios onerosos e absurdos a todos os níveis da organização da nossa sociedade e nos nossos comportamentos individuais. Apoia-se na responsabilização de todos os agentes, do produtor ao consumidor.

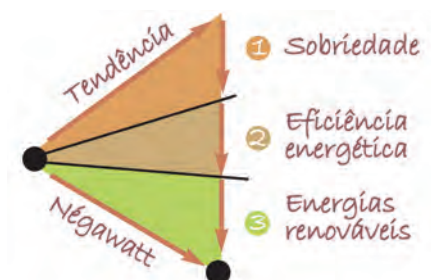


Fig. 5 – Esquema "Négawatts"
(Fonte: <http://www.negawatt.org>)

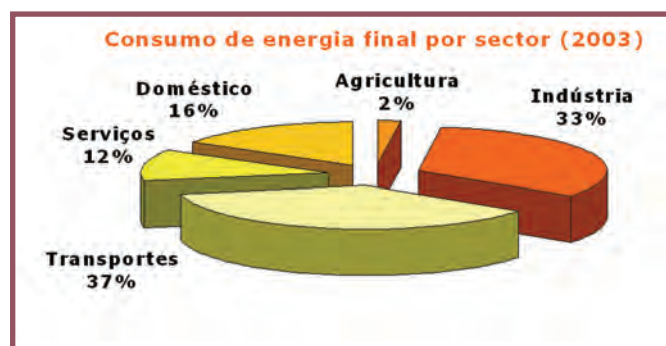


Fig. 4 – Consumo de energia final por sector (2003)

Eficiência energética

Reduzir o mais possível as perdas, quando se utiliza ou transforma a energia. É, desde já, possível reduzir os nossos consumos de um factor de 2 a 5, utilizando as técnicas disponíveis.

Energias renováveis

Cobrir o saldo energético com energias renováveis. São inesgotáveis e o seu impacto sobre o ambiente é reduzido. Provêm de ciclos naturais de conversão da radiação solar, que é a fonte primária de quase toda energia disponível na terra.

ENERGIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO PAÍS

Juntamente com os recursos humanos, o **património natural** e o **património histórico-arquitetónico** constituem a principal fonte de riqueza do País. É essencial que sejam geridos de forma sábia e **sustentável**. O solo virgem é um recurso limitado e a sua ocupação com construções e infra-estruturas é, na prática, irreversível. Não é, portanto, possível continuar a urbanizar ao sabor do apetite dos promotores imobiliários. A cidade histórica é, por seu turno, um recurso limitado e insubstituível, cujo valor decorre do seu carácter e da sua autenticidade. A substituição dos edifícios antigos por outros modernos não contribui em nada para esse valor. O edificado urbano corrente do país

(cerca de 3,5 milhões de edifícios) constitui, ele próprio, um importante recurso económico de que importa tirar o melhor partido. Representa a principal parcela do capital fixo do País, que nele tem investidas várias centenas de milhares de milhões de Euros. É irrealista pensar em demolir os edifícios existentes e substituí-los por outros novos, mais eficientes e mais amigos do ambiente.

Por melhores que sejam as tecnologias para conceber edifícios novos "amigos do ambiente", não é possível continuar a construir indefinidamente, ocupando mais e mais solo virgem e obrigando a construir mais e mais infra-estruturas. A demolição dos edifícios existentes para dar lugar a novos também é uma má solução em termos de gestão do património construído e, no caso dos edifícios antigos, contribui para a progressiva descaracterização e desvalorização das cidades. É, por outro lado, uma má solução em termos ambientais, não só devido à produção de entulhos, mas também devido à necessidade de utilizar novos materiais e consumir mais energia.

REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS

É indispensável e urgente reduzir os impactos ambientais dos edifícios existentes através da sua reabilitação energética. Daí a necessidade de promover a gestão racional da energia

nestes edifícios, gerando benefícios que se podem repercutir, em sentido lato, a nível global e nacional e, em sentido restrito, a nível do utente e do consumidor.

A Directiva 2002/91/CE (Directiva comunitária sobre o desempenho energético de edifícios), o SCE (Sistema de Certificação Energética), o RCCTE (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios), e o RSECE (Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização nos Edifícios) apontam já nesse sentido, contendo disposições dirigidas aos edifícios existentes. Por exemplo, a revisão do RCCTE, também aplicável às grandes intervenções de remodelação ou de alteração na envolvente ou nas instalações de preparação de águas quentes sanitárias dos edifícios de habitação e dos edifícios de serviços sem sistemas de climatização centralizados já existentes, define critérios mais apertados na qualidade térmica da envolvente, duplicando os requisitos de isolamento térmico de referência, introduzindo critérios mais exigentes para as pontes térmicas, e tornando mais exigentes os requisitos de protecção solar dos envidraçados. O novo RCCTE também inclui novas exigências no que se refere à qualidade do ar interior (garantia de condições mínimas de ventilação) e ao modo de suprir as necessidades de água quente (recurso a sistemas solares) nos edifícios a construir ou a reabilitar³.

A reabilitação energética de um edifício existente é, portanto, uma abordagem inovadora, que tem por objectivo melhorar a qualidade térmica e racionalizar a gestão da energia, ou seja, conferir a esse edifício uma eficiência energética idêntica à de um edifício novo para o mesmo fim.

Metodologia

A eficiência energética de um edifício pode ser conseguida através de várias medidas correctivas destinadas a corrigir as deficiências por eles apresentadas, em termos de desempenho energético. Como o parque edificado é muito heterogéneo, essas deficiências variam muito de caso para caso. É, portanto, necessário começar por caracterizar esse desempenho energético e diagnosticar correctamente as deficiências apresentadas.

É preciso também, numa fase inicial, estabelecer a melhor estratégia de intervenção, isto é, aquela que melhor sirva os interesses do dono do edifício, tendo em conta as exigências regulamentares.

Depois, é necessário seleccionar entre as diversas medidas correctivas aquelas que permitem atingir o objectivo pretendido com o mínimo de custos (os custos a considerar podem não ser só financeiros, mas também estéticos, culturais, ambientais, logo a reabilitação energética também deve ser "amiga" do património e do ambiente). São várias as medidas concretas para conseguir a eficiência energética de um edifício existente (fig. 6). As principais são:

● **reforço da protecção térmica das áreas opacas do envelope** (cobertu-

ras (fig. 7), pavimentos sobre espaços não aquecidos e paredes (fig. 8) exteriores;

● **reforço das propriedades dos vãos envidraçados;**

● **recurso a sistemas solares passivos** (utilização da capacidade de armazenamento térmico dos materiais, ventilação natural, sistemas de sombreamento, dispositivos de captação de luz natural, etc.);

● **recurso a sistemas solares activos** (solar térmico e solar fotovoltaico, etc.);

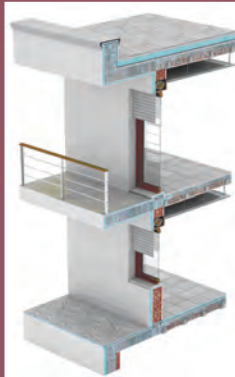
● **adopção de equipamentos e instalações de iluminação de baixo consumo;**

● **entre outras.**

A hierarquização destas medidas e, por consequência, a estratégia da



Fig. 7 - Reforço do isolamento térmico em coberturas inclinadas



<- Reforço do isolamento das coberturas

<- Instalação de sistemas de sombreamento

<- Reforço das propriedades dos envidraçados

<- Reforço do isolamento pelo exterior em fachadas

<- Reforço do isolamento em pavimentos sobre espaços não aquecidos

Fig. 6 - Medidas correntes para a melhoria do desempenho energético

Pedra & Cal


10
anos
1997-2007
G.E.Co.R.P.A.

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Reabilitação de jardins históricos

*Património Geológico
e valorização dos territórios*

Paisagem enquanto património

Património e ambiente

Reabilitação energética de edifícios

Ano IX - Nº 54 - Abril/Maio/Junho 2007 - Publicação Trimestral - Preço € 4,48 (IVA incluído)

